



Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A influência dos estilos parentais e das estratégias de mediação parental no uso da internet no
envolvimento em cyberbullying nas crianças e adolescentes

Fidélia Márcia Abílio Macuácuá

Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Susana Cristina Silvestre Fonseca

Professora Auxiliar

ISCTE-IUL

Outubro, 2017

Escola de Ciências Sociais e Humanas

A influência dos estilos parentais e das estratégias de mediação parental no uso da internet no
envolvimento em cyberbullying nas crianças e adolescentes

Fidélia Márcia Abílio Macuácuá

Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Susana Cristina Silvestre Fonseca

Professora Auxiliar

ISCTE-IUL

Outubro, 2017

“Sticks and stones may break my bones, but your words...
they’ll destroy my soul.”

Cassandra Giovanni

Agradecimentos

Hoje é o dia de dizer “foi difícil, mas consegui!”. A força de vontade falou mais alto e venceu. Considero este um dos percursos mais difíceis da minha vida, mas, esperançosamente, “depois da tempestade vem a bonança”. Quero agradecer a Deus por todo o apoio, sobretudo nos momentos mais críticos da minha vida académica.

Um agradecimento extensivo à minha orientadora, pelos conhecimentos transmitidos. Por não ter desistido de mim – ambas sabemos que foi muito complicado chegar até aqui.

Agradecer à Dr.^a [Ana Cristina] do Colégio da Grande Lisboa, aos alunos do 1º e 2º ciclos e respetivos pais, que atenciosamente colaboraram no estudo.

À minha comunidade, que me proporcionou as melhores condições para que nada me pudesse faltar. Não foi fácil, mas consegui alcançar a meta.

Uma gratidão enorme à minha família e amigos:

Obrigada meu pai querido, por ter arranjado palavras mágicas que me serviram de incentivo para continuar. Aquelas palavras ressoam-me ainda hoje e, serão para a vida toda. Obrigada por estarem presentes, pois apesar da distância, estiveram bem perto de mim. É bom saber que posso contar sempre convosco. Não me falem nunca na vida.

A ti, que a vida te tirou de mim. Desde aquele dia de manhã de primavera quando adormeceste nos meus braços, eu deixei de ser a mesma, porque o amor que me trouxe a vida adormecia nos meus braços tranquilamente, como uma criança ao colo da mãe. Espero que estejas orgulhosa de mim, mãe querida.

A ti, que nunca me faltas. A ti, que nunca me falhas. Foi a ti que recorri e que tenho recorrido sempre. És uma das pessoas que sabe o preço de tudo isto, obrigada por tudo mãe e amiga. Peço-te que nunca me faltes na vida.

Um sincero e especial agradecimento àquela que comigo se deixou embarcar nesta aventura. Foram muitos os dias de desesperos, de aflição. Foi difícil de ver a luz no fim do túnel, mas fizeste de tudo para que eu a visse também. Obrigada Doutora.

Aos meus amigos. Aos meus verdadeiros amigos. Foi em vós que eu encontrei força, ânimo, vontade de continuar, quando pensei em desistir, foram vocês que me sensibilizaram para não o fazer, porque “tu és capaz”, “tu consegues” é só “uma fase”, “aguenta amiga”, “é só mais um pouco”.

Por fim, agradecer os que direta ou indiretamente me acompanharam. OBRIGADA.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a influência dos estilos parentais e das estratégias de mediação parental no uso da internet no envolvimento em cyberbullying nas crianças e adolescentes.

A amostra é composta por 199 participantes, 103 crianças e adolescentes e respetivo pai ou mãe (n=96). Os critérios de inclusão foram a pertença a turmas do 3º ao 6º ano de escolaridade num Colégio da área da Grande Lisboa.

Os resultados demonstram que os pais e as crianças utilizam a internet e as redes sociais, sendo a casa e o telemóvel o local e o meio mais utilizados. Os pais revelam mais confiança na utilização da internet.

Não foram encontradas diferenças significativas entre o uso da internet e o uso das redes sociais nos diferentes estilos parentais. Os pais que adotam um estilo autoritativo revelaram recorrer mais às mediações ativa, ativa de segurança, e técnica e reportaram monitorizar mais os seus filhos no uso da internet, comparativamente aos pais que adotam um estilo negligente, sendo que estes recorrem mais à mediação restritiva.

Verificou-se uma associação negativa entre a estratégia de mediação ativa e as crianças vítimas de cyberbullying. A mediação restritiva revelou ser mais usada pelos pais das crianças que já foram vítimas do que as que nunca passaram por esse tipo de situação.

Conclui-se que o uso de estratégias de mediação ativa reduz o envolvimento em situações de cyberbullying. Assim, a intervenção neste sentido poderá minimizar os comportamentos de risco que as crianças assumem.

Palavras-chave: Estilos parentais, estratégias de mediação parental, internet, redes sociais, cyberbullying

Classificação APA:

2956 Educação e Cuidado Infantil

3500 Psicologia Educacional

Abstract

The present study aims to analyze the influence of parental styles and strategies of parental mediation in the use of the internet in the involvement in cyberbullying in children and adolescents.

The sample is composed of 199 participants, 103 children and adolescents and their respective parents (n = 96). The inclusion criteria were the membership of classes from grades 3 to 6 of schooling in a college in the Greater Lisbon area.

The results demonstrate that parents and children use the internet and social networks, home and mobile phone being the place and the means most used. Parents revealed more confidence in using the internet.

No significant differences were found between the use of the internet and the use of social networks in different parental styles. Parents who adopt an authoritative style revealed greater use of active mediation, of active safety, and technical and reported more monitoring their children's in the use of the internet, compared to parents who adopt a negligent style, being that these resort to restrictive mediation.

There was a negative association between the active mediation strategy and children victims of cyberbullying. Restrictive mediation revealed to be more used by the parents of children who have already been victims than those who have never been through such situations.

We conclude that the use of active mediation strategies reduces involvement in cyberbullying situations. Thus, intervention in this sense may minimize the risk behaviors that children assume.

Key-words: Parental styles, parental mediation, internet, social networks, cyberbullying

American Psychological Association (PsycINFO Classification Categories and Codes):

2956 Childrearing & Child Care

3500 Educational Psychology

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice	vii
Introdução	1
1. Enquadramento Teórico	3
1.1. Crianças e adolescentes	3
1.1.1. Cyber(bullying).....	4
1.1.2. Uso de internet e redes sociais	10
1.2. Família	14
1.2.1. Estilos parentais na internet.....	14
1.2.2. Estratégias de mediação parental no uso da internet.....	20
1.3. A relação entre crianças e família	25
1.3.1. Relação entre estilos parentais e cyberbullying.....	25
1.3.2. Relação entre estratégias de mediação parental e cyberbullying.....	26
1.4. Objetivos e hipóteses de investigação.....	28
2. Método.....	29
2.1.Participantes.....	29
2.2. Instrumento.....	31
2.3.Procedimento.....	34
3. Resultados	35
4. Discussão e conclusões.....	50
Referências	56
Anexos	66

Índice de tabelas

Tabela 1. <i>Caracterização das crianças e adolescentes (N=103)</i>	29
Tabela 2. <i>Caraterização sociodemográfica dos pais (N=96)</i>	30
Tabela 3. <i>Uso da internet – crianças/adolescentes e pais (N=96)</i>	35
Tabela 4. <i>O Perfil e a informação disponível das crianças e dos adolescentes nas redes sociais (N=103)</i>	37
Tabela 5. <i>Comportamentos de risco evidenciados pelas crianças e adolescentes (N=103)</i>	38
Tabela 6. <i>Crianças e adolescentes que exibiram um ou mais comportamento de risco</i>	40
Tabela 7. <i>Qui-Quadrado/Fisher: Comparação entre crianças com 8-10 anos e crianças com 11-12 anos nos comportamentos na internet</i>	40
Tabela 8. <i>Comportamentos face a situações desagradáveis</i>	41
Tabela 9. <i>Estatística descritiva: controlo e afeto parental</i>	41
Tabela 10. <i>Análises de frequência dos estilos parentais (N=96)</i>	42
Tabela 11. <i>Cruzamento entre Controlo parental e afeto parental</i>	42
Tabela 12. <i>Teste Qui-Quadrado/Fisher: comparação estilo negligente vs autoritativo nos comportamentos na internet evidenciados pelas crianças e adolescentes</i>	43
Tabela 13. <i>Teste Binomial: comparação proporção das idades 8-10 anos vs 11-12 anos dentro de cada estilo parental</i>	44
Tabela 14. <i>Qui-quadrado: Comparação estilo autoritativo vs negligente no cyberbullying sofrido</i>	44
Tabela 15. <i>Qui-Quadrado: Comparação estilo autoritativo vs negligente no cyberbullying praticado</i>	45
Tabela 16. <i>Estatística descritiva das estratégias de mediação parental</i>	46
Tabela 17. <i>Qui-Quadrado: Mediação ativa pais vs cyberbullying sofrido pelos filhos</i>	46
Tabela 18- <i>Qui-Quadrado: Mediação restritiva pais vs bullying sofrido pelos filhos</i>	47
Tabela 19. <i>t de student amostras independentes: comparação das crianças foram vitimas de situações de cyberbullying com as que não foram nas estratégias de mediação usadas pelos pais</i>	47
Tabela 20. <i>t de student para amostras independentes: Comparação entre o estilo autoritativo e negligente nas estratégias de mediação parental</i>	48
Tabela 21. <i>Ferramentas usadas pelos pais</i>	49

Introdução

A internet e as redes sociais são um meio cada vez mais acessível para todos os utilizadores, em particular para as crianças e adolescentes. Esta acessibilidade poderá traduzir-se, por um lado, em oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem, por outro lado, pode também levar a consequências negativas, nomeadamente o cyberbullying.

O desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos resultam da fusão entre os contextos em que o indivíduo se encontra inserido (i.e., microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema) e da interação com os mesmos, sendo que os contextos em que as crianças se inserem têm um forte impacto no seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1995). Por exemplo, as crianças que são expostas a diversas situações stressantes, podem posteriormente evidenciar comportamentos não normativos (Kokkinos, Antoniadou, Asdre, & Voulgaridou, 2015).

O sistema familiar é, desta forma, considerado um dos principais contextos de socialização e de aprendizagem (Baumrind, 1991), a seguir à escola (Bhering & Sakis, 2009). Embora com responsabilidades distintas, mas também pontos em comum, a educação do ser humano passa por distintas dimensões (Bhering & Sakis, 2009).

É a partir das interações entre pais e filhos que as crianças aprendem o sentido de autoridade e aprendem a lidar com o conflito no contexto de uma relação vertical, sendo a qualidade do cuidado parental considerada fundamental no desenvolvimento das crianças (Sroufe, 2002). Neste âmbito, os estilos parentais, nomeadamente, o *autoritativo*, o *autoritário*, o *negligente* e o *indulgente* influenciam o desenvolvimento das crianças e têm um impacto significativo na forma como estas utilizam a internet (Özgür, 2016).

Nos últimos anos, tem-se verificado uma crescente proliferação do acesso à internet e às redes sociais pelas crianças e adolescentes, em que os jovens acedem a estes meios precocemente, sendo designadas por “geração da internet” (Oblinger & Oblinger, 2005) ou “nativos digitais” (Prensky, 2001).

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm um enorme impacto na componente de socialização dos jovens (Heim, Brandtzaeg, Kaare, Endestad, & Torgersen, 2007). Os autores indicam que a internet e o uso de redes sociais poderão proporcionar inúmeras oportunidades (Johnson, 2010), bem como facilitar e acelerar a comunicação entre utilizadores (Özgür, 2016). No entanto, o seu uso pode também ter efeitos negativos, como conduzir ao isolamento pessoal e sujeitar os jovens a muitos riscos, designadamente, a exposição a conteúdos indesejados, a obesidade infantil (Wang, Bianchi & Ralet, 2005) e ainda sujeitá-los a cyberbullying (Yang & Tung, 2007).

A TIC constitui parte integrante da vida diária das crianças e dos adolescentes, favorecendo a expansão de relações interpessoais, a melhoria das suas competências sociais, intelectuais e comunicativas, e o acesso a recursos educativos de comunicação e de informação, o que pode também desencadear uma multiplicidade de riscos (e.g., cyberbullying, cyberstalking). Assim, nesta perspetiva, a supervisão parental é considerada um fator atenuante à exposição de riscos (Finkelhor, Mitchell & Wolak, 2000).

A literatura enfatiza a importância do controlo parental durante as atividades online desenvolvidas pelas crianças e adolescentes (Özgür, 2016), e, é necessário que os pais estejam por perto para explicar com cuidado o processo de seu uso (Cho & Cheon, 2005). Ou seja, as crianças aprendem melhor de como lidar com os aspetos negativos da internet quando o fazem juntamente com os seus pais (Kerawalla & Crook, 2002; Lee & Chae, 2007), e neste sentido, verifica-se um impacto positivo quando as atividades desenvolvidas online são feitas em conjunto (Lee & Chae, 2007).

De acordo com Valcke, Bonte, De Wever e Rots (2010), a mediação da utilização de internet é regida por duas dimensões essenciais dos estilos parentais, nomeadamente, o controlo parental, que visa a imposição de regras, estabelecimento de limites que restringem certas atividades aquando a utilização de internet pelas crianças e adolescentes, enquanto que, o afeto parental remete mais para o investimento na comunicação e dar suporte às crianças e adolescentes durante o uso da mesma.

A literatura faz menção de diferentes estratégias de mediação parental que podem ser adotados pelos pais para minimizar os riscos (i.e., a mediação ativa, a mediação técnica, a mediação de segurança ativa, a mediação restritiva e a monitorização) (Livingstone, Haddon, Gorzig & Ólafsson 2011), apesar da aplicação destas não serem suficientemente eficazes na redução dos riscos na utilização da internet (Livingstone & Helsper, 2008).

Deste modo, o objetivo do presente estudo é analisar a influência dos estilos parentais e das estratégias de mediação parental no uso da internet no envolvimento em cyberbullying nas crianças e adolescentes.

Este estudo encontra-se estruturado em diversas secções, a saber: a primeira compreende o enquadramento teórico, a relação entre as variáveis e as hipóteses de investigação; a segunda consiste na descrição da metodologia, dos participantes, dos instrumentos e dos procedimentos da recolha de dados; a terceira pressupõe a descrição dos resultados; e por último, a discussão e conclusões dos resultados, inclusive as respetivas recomendações e limitações do estudo.

1. Enquadramento teórico

1.1. Crianças e Adolescentes

A temática do desenvolvimento humano constitui uma das áreas de estudo das Ciências Sociais (i.e., Psicologia do Desenvolvimento, Sociologia e Antropologia), cujas proposições principais se centram na compreensão do homem em todos os seus aspetos (e.g., físico, cognitivo e psicossocial). Esta abrange as fases do desenvolvimento do indivíduo desde a conceção até ao seu mais completo grau de maturidade e estabilidade. Tal esforço tem culminado na elaboração de diversas teorias que procuram reorganizar, a partir de diferentes metodologias e pontos de vistas, as condições de produção da representação do mundo e das suas vinculações com as diversas perspetivas (Bhering & Sarkis, 2009; Papalia, Olds & Fedman, 2006).

As abordagens contextualistas afirmam que o desenvolvimento ocorre em diversos contextos, de maneira particular e ativa. Assim, o indivíduo desenvolve-se a partir da sua interação com o que o rodeia e vice-versa. Desta forma, diferentes culturas apresentam diferentes possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento (Tudge, 2008). Quando os contextos frequentados pelas crianças diariamente são ampliados, devem ser tidas em conta as implicações para o seu desenvolvimento (i.e., quando ingressam para creche, as suas relações sociais ampliam-se, novas pessoas e situações são introduzidas, quer para a criança, quer para a família). Assim, o sistema familiar e o escolar são considerados contextos fulcrais para o desenvolvimento da criança, com responsabilidades distintas, mas também comuns (Bhering & Sakis, 2009).

De acordo com o modelo ecológico de Bronfenbrenner (1995; 1999), o desenvolvimento humano ocorre mediante processos complexos de interação recíproca, entre a pessoa e o ambiente, produzindo constância e mudança nas características da pessoa ao longo do tempo. Este processo de reciprocidade é designado por “processo proximal”, sendo que ocorre mediante processos morosos, mais complexos de interação recíproca entre o indivíduo ativo, as pessoas, ambientes e símbolos do seu ambiente, e ainda, para o seu efeito, deve ocorrer de forma regular durante um longo período de tempo.

Os processos proximais podem desencadear dois resultados principais de desenvolvimento: a competência, que remete para a aquisição e posterior desenvolvimento de conhecimento e habilidades que orientam o comportamento do indivíduo em situações de domínio; e a disfunção, que remete para as dificuldades que o indivíduo experiencia em manter o comportamento e a integração do mesmo em diversas situações e domínios do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Outra característica dos processos proximais é a sua

variação em função dos contextos (e.g., contextos precários e ambientes estáveis), dos conteúdos e das características das pessoas, sendo que, exercem o seu efeito em pessoas que estão em situações vantajosas e em ambientes estáveis (Bronfenbrenner, 1999).

Assim, Bronfenbrenner (1995) refere que o desenvolvimento é o resultado de uma função conjunta entre o processo proximal, as características próprias da pessoa em desenvolvimento, ou seja, as disposições ativas, os recursos da pessoa e as demandas, o contexto imediato no qual ela vive (i.e., microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema), e a quantidade e frequência de tempo no qual a pessoa em desenvolvimento tem sido exposta a um processo proximal específico e ao ambiente. Deste modo, para ocorrer um ótimo desenvolvimento, é necessário que a criança participe ativamente em interações recíprocas de crescente complexidade com as pessoas com as quais estabelece relações de vinculação (i.e., relações bidirecionais) e que se comprometa com o bem-estar e desenvolvimento dos outros ao longo do tempo.

Em suma, o desenvolvimento humano ocorre mediante contínuas interações recíprocas entre o indivíduo e os vários contextos no qual este está inserido. Deste modo, a colaboração ativa dos adultos significativos, como por exemplo a família, tem um impacto significativo no desenvolvimento da criança.

1.1.1. O cyber(bullying)

Durante a década de 70, Dan Olweus começou por estudar o fenómeno do bullying, na Escandinávia – Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia – considerados pioneiros na sua abordagem, mas também referidos e documentados pelo mundo fora (Rigby, 2002; Antunes & Zuin, 2008; Carvalhosa, 2010). Rigby (2002) analisou esta temática com o intuito de compreender o motivo que levava as crianças a praticarem bullying, bem como a analisar quais os efeitos naqueles que eram vítimas e como é que este fenómeno poderia ser reduzido. Na atualidade, o bullying não é entendido somente como uma problemática das escolas, e das crianças em idade escolar (Rigby, 2002). A comunidade científica tem-se debruçado, igualmente, na ocorrência deste fenómeno em diversos contextos, tais como no local de trabalho, em contexto familiar, em casa, nos estabelecimentos prisionais e ainda a nível internacional (Rigby, 2002; Antunes & Zuin, 2008; Carvalhosa, 2013).

Este pode também ser entendido como uma ação de provocação, quando um aluno ou um grupo dizem ou têm comportamentos desagradáveis para com a vítima (Carvalhosa, Lima & Matos, 2002). Este fenómeno caracteriza-se pelo seu carácter intencional e sistemático ao longo do tempo (Olweus, 1994). Olweus (1994, p. 1173) definiu bullying como: “um(a) aluno(a) está

a ser vítima de bullying quando ele(a) está exposto(a), repetidamente e ao longo do tempo, a ações negativas da parte de uma ou mais pessoas”.

Considerado como um comportamento agressivo, o bullying poderá ocorrer entre pares, ou entre mais elementos. Assim, a este fenómeno encontra-se subjacente o envolvimento de, pelo menos, dois indivíduos: o agressor, i.e., aquele que agride (*bully*); e a vítima (Olweus, 1993).

Caracterizando os intervenientes deste fenómeno, é possível verificar que o *bully* é descrito na literatura como tendo falta de sensibilidade e empatia, tende a ter um comportamento antissocial, impulsivo e com baixo autocontrolo; e às vezes, é uma repercussão de ele ter sido também vítima (Pereira, Iossi, Silva, & Nunes, 2009; Matos et al., 2012). Apresenta problemas de aprendizagem ou emocionais, sentimentos de impotência na resolução dos seus problemas (Picado, 2009). Quanto aos segundos intervenientes deste fenómeno, as vítimas, normalmente são descritas com temperamento ansioso, baixa autoestima, comportamento desajeitado ao tentar entrar ou participar num grupo de colegas, exibem um comportamento não assertivo e labilidade emocional, e não são pró-ativas, são novatos na escola ou na turma e têm poucos amigos e interesses diferentes da maioria (Picado, 2009; Matos et al., 2012). De acordo com vários autores, o bullying provoca danos psicológicos e limitações na vida do indivíduo, como por exemplo, absentismo escolar precoce, distúrbios nas relações interpessoais, e pode ainda comprometer o desenvolvimento socio-emocional das crianças e adolescentes; há maior probabilidade de as vítimas sofrerem sintomas depressivos e baixa autoestima mesmo na idade adulta (Carvalhosa, Moleiro & Sales, 2009; Picado, 2009; Matos et al., 2012). Normalmente, o bullying é envolto em segredo, uma vez que situações desta natureza são, muitas vezes, envoltas num código de silêncio, o que impede que estes acontecimentos sejam relatados aos adultos, devido ao medo face à forma como os pares e/ou os agressores possam reagir (Matos et al., 2012).

Como já indicado anteriormente, o bullying é um ato agressivo, distinguido por assimetria de poder entre o bully e a vítima, e que pode ser de índole direta ou indireta (Olweus, 1993). No entanto, para que possa ser considerado bullying é necessário que estejam preenchidos três critérios inerentes: (1) a intencionalidade do comportamento, ou seja, o bully tem como objetivo desestabilizar, provocar mal-estar e ganhar controlo sobre a vítima; (2) o comportamento é conduzido reiteradamente e ao longo do tempo e não ocorre ocasional ou isoladamente, mas sim de forma crónica e regular; (3) e o desequilíbrio ou assimetria de poder que é encontrado no âmago da dinâmica de bullying, sendo que o agressor considera a vítima como fraca ou frágil (Smith & Brain, 2000; Carvalhosa, Lima & Matos 2001; Carvalhosa, 2010; 2013; Seixas, Fernandes & Morais, 2016).

Apesar de se verificar uma definição consensual deste fenómeno, os investigadores têm vindo a fazer uma distinção entre os diferentes tipos de bullying, operacionalizando-o de forma não consensual (Smith & Brain, 2000). Alguns autores têm-se focado na violência física (e.g., bater, chutar, destruir pertences, etc), na verbal (e.g., ameaçar, provocar, insultar, etc), abordando também o bullying indireto ou relacional, e o psicológico (Slonje & Smith, 2008; Picado, 2009). No entanto, poucos autores se focam na violência virtual, caracterizada pela prática de bullying através da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - e.g., internet, telemóvel, etc. – ou na violência sexual, situações em que a vítima é humilhada, desvalorizada, afetando a sua autoestima (Carvalhosa, Lima & Matos, 2002). Outros autores não especificam se a provocação e a vitimação ocorrem individualmente e/ou em grupo (Carvalhosa, Lima & Matos, 2002; Slonje & Smith, 2008).

Relativamente à prevalência deste fenómeno em Portugal, as investigações realizadas com amostras representativas, em 1998, (Carvalhosa, Lima & Matos, 2001), verificaram que 42,5% dos alunos entre os 11 e os 16 anos relataram se terem envolvido em comportamentos de bullying, sendo que 10,2% afirmaram terem sido bullies (i.e., uma ou mais vezes, no último período escolar); 21,4% alegam ser vítimas e 25,9% desempenhavam duplo papel (bully e vítima). Foi realizado, posteriormente, um outro estudo em 2004, por Carvalhosa (2007), onde se verificou que 41,3% dos alunos nunca se envolveu em comportamentos de bullying, 9,4% eram bullies, 22,1% vítimas e 27,2% bullies vítimas, tendo-se ainda verificado uma ligeira redução dos resultados na prática de bullying, comparativamente aos resultados anteriores (Picado, 2009).

Carvalhosa (2007), afirma que 23, 5% dos alunos portugueses, dos 10 aos 18 anos, estão envolvidos em comportamentos de bullying, chamando a atenção ainda ao elevado número de rapazes, no envolvimento de comportamentos de bullying, quer como vítimas, quer como agressores, e bem como o duplo envolvimento. O envolvimento em comportamentos de bullying parece ter o seu auge aos 13 anos, sendo que os mais novos se envolvem como vítimas.

Foi verificada a prevalência do bullying no âmbito internacional, através da Health behavior in school-aged children (Currie, Hurrelmann, Settertobulte, Smith, & Todd, 2000), em 35 países envolvidos e maioritariamente europeus, constatou-se que cerca de 30% dos jovens com faixas etárias que variam entre os 11 aos 15 anos, reporta envolvimento em bullying, sendo que os rapazes envolvem-se mais que as raparigas, e considera-se que as raparigas optam mais por formas de bullying indireto (i.e., a manipulação social e a agressão verbal) (Carvalhosa, 2007).

No que concerne ao cyberbullying, constitui um fenómeno relativamente recente e de índole singular, que tem vindo a ser cada vez mais explorado em diversos contextos, com a proliferação das novas TIC, que deram origem a uma nova realidade, cibercultura, que resulta da fusão entre a sociedade, cultura e as novas tecnologias, cuja utilização é regida no ciberespaço (Lemos, 2004; Willard, 2005; Chang, Liao, Khoo, Li., 2014).

Este fenómeno é considerado um ato agressivo, que pode ocorrer em qualquer lugar e a qualquer hora, é intencional e sistemático ao longo do tempo, mediante o uso de novos meios de comunicação por parte de um indivíduo e/ou de um grupo contra a vítima de estatuto semelhante, mas que tem dificuldades em se defender, e também consiste em enviar, postar textos de imagens pela internet ou por outras tecnologias digitais (e.g., Smith & Brain, 2000; Willard, 2005; Amado, Matos, Pessoa, & Jager, 2009; Landazabal, 2012; Ang, 2015; Waasdorp & Bradshaw, 2015).

De acordo com diversos autores, o cyberbullying é considerado uma atualização (i.e., upgrade) do bullying tradicional: a agressão ocorre no espaço digital (ciberespaço) (Slonje & Smith, 2008; Kokkinos et al., 2015; Seixas, Fernandes & Morais, 2016). É, desta forma, definido como sendo uma nova expressão de bullying, praticado através de uso de novos dispositivos eletrónicos (e.g., computador, email, blogue, telemóvel, internet, etc), e mais frequente na população jovem (Slonje & Smith 2008; Amado et al., 2009; Olweus, 2012). Os comportamentos agressores podem ser diretos ou indiretos e ocorrem de forma assíncrona, i.e., os atos não ocorrem ou não se efetivam ao mesmo tempo (Seixas, Fernandes & Morais, 2016). Da mesma forma, o agressor (*bully*) não se encontra necessariamente presente, sendo que este pode apresentar o anonimato da sua identidade, tais características desencadeiam elevados níveis de stress à vítima (Seixas, Fernandes & Morais, 2012). Assim, o cyberbullying transcende as fronteiras do espaço pessoal, do tempo e do físico, e não assenta no domínio pela força física, mas através de outras formas de poder (Amado et al., 2009; Seixas, Fernandes & Morais, 2016).

Têm surgido inúmeras contradições entre os investigadores no que concerne a definição consensual entre o bullying tradicional e o cyberbullying, não obstante, alguns consideram que o cyberbullying é a continuação do bullying, mas executado de maneiras diferentes (e.g., o potencial anonimato, incapacidade de ver o cyberbully/cyber-agressor que é mediado pelo ecrã); embora tenham algumas características em comum, ambos são fenómenos qualitativamente diferentes, praticados distintamente, por diferentes grupos de indivíduos (Kowalski & Limber, 2012; Seixas, Fernandes & Morais, 2016).

O cyberbullying pode ocorrer de diversas formas: uma delas é o ataque cerrado (*flaming*), constituindo uma discussão intensa e forte, como insultos e, por vezes, ameaças, que podem ser executados através do envio de mensagens instantâneas nas redes sociais, em blogues, em grupos de discussão ou até mesmo em jogos online; outra forma de expressão de cyberbullying é o assédio, sendo este o envio sistemático de mensagens ofensivas; a perseguição (*cyberstalking*), que consiste no envio persistente e recorrente de ameaças, de mensagens intrusivas e intimidatórias que ameaçam a privacidade da vítima; a difamação (*denigration*), que remete para situações onde alguém envia ou coloca online boatos ou declarações falsas sobre a vítima, com o intuito de denegrir a sua imagem ou pôr em causa a sua reputação; a usurpação de identidade (*masquerade*) ocorre quando alguém – o *cyberbully* – se faz passar pela vítima, de modo a criar problemas e/ou colocá-la numa situação de perigo e a exposição e artimanhas (*outing e trickery*) reflete-se através da utilização de técnicas, como a execução de comportamentos astutos que permitam manipular alguém com o intuito de obter segredos ou informações comprometedoras para posterior divulgação e partilha nas redes sociais (Willard, 2005; 2007; Seixas, Fernandes & Morais, 2016). E por último, a exclusão, que consiste em excluir alguém deliberadamente de modo a não participar em diversas atividades feitas online entre pares (Matos et al., 2012; Seixas, Fernandes & Morais, 2016).

No que diz respeito à diferenciação entre os dois fenómenos, é possível concluir que o comportamento é, eventualmente, semelhante em ambas situações, diferindo a forma como o procedimento decorre. Enquanto que no bullying os observadores podem desempenhar papéis mais ativos ou passivos, no cyberbullying o seu papel não é tão evidente, permitindo uma ambivalência nos papéis dos observadores, que pode ser visível. Assim, os cyberbullies podem optar por se manifestar (e.g., comentários em defesa da vítima, comentários favoráveis que instigam ataques, etc), como podem optar por não se manifestarem de forma alguma (Seixas, Fernandes & Morais, 2016).

O impacto de cyberbullying é consideravelmente extensivo (Willard, 2005), visto que as agressões podem propagar-se com muita flexibilidade e manterem-se subjacentes no espaço virtual. Uma vez partilhado nas redes sociais (e.g., youtube, e-mail) estes ataques permanecem indefinidamente na internet (Matos et al., 2012). O facto de a mediação decorrer por detrás dos ecrãs, faz com que os bullies não presenciem em tempo real os resultados da sua ação sobre as vítimas, i.e., não observam a angústia da dor, não veem de imediato os efeitos dos seus atos. Tal acontecimento faz com que, eventualmente, os sentimentos de arrependimento e remorsos para com a vítima sejam reduzidos ou anulados, o que poderia ocorrer no bullying (Seixas, Fernandes & Morais, 2016). Todavia, para alguns bullies, as vítimas passam a ser consideradas

peças insensíveis, desprovidas de sentimentos e de emoções, transformando-as num objeto, num mero ecrã de computador ou telemóvel (Seixas, Fernandes & Morais, 2016). Também tem sido verificado que, em contexto presencial, os bullies sentem-se frustrados com a ausência de feedback imediato quando tentam agredir vítimas, evidenciando elevados níveis de agressividade, bem como a necessidade de persistirem neste tipo de comportamento de cyberbullying (Amado et al., 2009; Seixas, Fernandes & Morais, 2016).

As opiniões divergem quanto ao facto de cyberbullying causar danos de igual ou superior impacto ao bullying tradicional; alguns autores constatarem que tal impacto depende da modalidade que este assume (Matos et al., 2012). Os dispositivos podem ser partilhados por toda a gente, causando danos irreparáveis (Seixas, Fernandes & Morais, 2016). Os agressores não revelam a sua identidade e atacam desconhecidos (Seixas, Fernandes & Morais, 2016), sendo que normalmente estes exibem um elevado domínio tecnológico, o que é bastante comum nas crianças e jovens de hoje (Willard, 2005; 2006; 2007). Apesar da ausência de feedback tangível em tempo real, a literatura tem vindo a evidenciar uma possível correlação de existência de danos psicológicos às vítimas ao longo do tempo, tais como: a baixa autoestima, a depressão, a ira, o absentismo e a violência escolar, e em alguns casos também pode ocorrer o suicídio e o abandono escolar (Matos et al., 2012; Seixas, Fernandes & Morais, 2016).

No entanto, a sua prevalência e incidência tem sido estudada a um nível global. Foi realizado um estudo numa das escolas nos Estados Unidos que revelou que 45,6% dos alunos referiram não ter nenhum conhecimento relativamente ao cyberbullying, 29,8% afirmaram ter sido vítima de cyberbullying, 14,9% referiram terem sido cyberbully e 4,4% reportaram terem sido vítimas de cyberbullying na escola. Tendo sido também examinado o cyberbullying em função do género, concluiu-se ainda que 36% dos rapazes e 25% das raparigas foram vítimas de cyberbullying e que 16% dos rapazes e 14,1% das raparigas reportaram ter sido cyberbullies. Relativamente às plataformas mais comuns da prática de cyberbullying, 53% afirmaram ter ocorrido através do MySpace e 70,6% dos cyberbullies admitiram terem recorrido ao MySpace ou ao telemóvel (Wright, Burnham, Inman & Ogorchoch, 2009).

Smith, Mahdavi, Carvalho, Russell e Tippett (2008) desenvolveram um estudo em Inglaterra sobre o cyberbullying, a natureza e o seu impacto no ensino médio, e reportaram que entre 5 a 10% da sua amostra afirmaram ter sido vítimas de cyberbullying. Arıcak, Siyahhan, Uzunhasanoglu, Saribeyoglu, Ciplak, Yilmaz e Memmedoy (2008) conduziram também uma investigação em diversas escolas, tanto no privado como no público, e concluíram que 36,1% dos alunos relataram ter sido expostos a comportamentos de cyberbullying, 20,2% constatarem ter sido insultados via internet e 22,8% revelaram que já foram ameaçados via telemóvel.

No que concerne a estudo nacionais, Amado e colaboradores (2009) ressaltaram a escassez dos resultados efetuados neste âmbito, o que dificulta a compreensão deste fenómeno em Portugal, realçando assim a importância de uma investigação alargada e profunda que permitirá a caracterização do fenómeno neste país e, de modo particular, nos jovens. Todavia, Cruz (2011), verificou que cerca de 5% dos alunos reportou ter praticado cyberbullying, 27% afirmou ter sido vítima e cerca de 20% afirmou ter testemunhado algumas situações de cyberbullying. Em suma, podemos constatar que, os adolescentes que passam muito tempo na internet, podem estar expostos a potenciais riscos relacionados com o cyberbullying, quando o fazem de forma inadvertida, alguns autores (e.g., Wang, Bianchi & Ralet, 2005) constataam que, o uso de internet poderia estar relacionado ao cyberbullying.

Desta forma, podemos observar o surgir crescente do bullying através de outras formas que não as tradicionais face-a-face, mas virtualmente através dos novos meios tecnológicos de comunicação. O fácil acesso à internet possibilita, assim, a emergência do cyberbullying através destas plataformas, meios estes onde o bully tende a sentir-se mais confortável, ao não ter de se revelar fisicamente.

1.1.2. Uso de internet e redes sociais

A internet é considerada um meio que acelera e facilita a comunicação e tem-se tornado uma ferramenta importante e integrante na vida de todos os utilizadores, de modo particular, na das crianças e dos adolescentes, podendo providenciar-lhes facilidades e oportunidades (Özgür, 2016). Livingstone (2003), afirma que as casas estão a ser transformadas em lugares de uma cultura multimédia. No entanto, a massificação do acesso à internet não equivale ao uso universal, existindo uma dicotomia entre os que têm e os que não têm internet (Livingstone & Bober, 2005). De acordo com Lee (2008), o acesso à internet concentra-se nas famílias mais favorecidas. No entanto, há crianças que, mesmo com internet em casa, não a utilizam (Livingstone & Hélder, 2007).

Livingstone (2003) distinguiu três categorias principais no uso da internet pelas crianças: (1) entretenimento, (2) educação e (3) *edutainment* (lúdico); pode ainda ser adicionada uma quarta categoria que se refere ao papel consumidor de crianças através da internet (Valcke et al., 2010). As crianças são abordadas como "*gamevertising*" (Youn, 2008) e envolvidas em atividades como consumidoras ativas (Tufte, 2006).

Investigações recentes, realizadas em países desenvolvidos, indicam claramente que o uso da internet é a principal atividade feita em casa, sendo que cerca de 91,2% das crianças da escola primária utilizam internet em casa, contrastando com cerca de 66% de utilização na

escola (Lee & Chae, 2007; Valcke, Schellens, Van Keer & Gerarts, 2007). Livingstone e colaboradores (2011), reportam que 60% das crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 9 e os 16 utilizam a internet diariamente e cerca de 33%, pelo menos, semanalmente.

Verifica-se uma enorme discrepância relativamente à utilização da internet entre pais e filhos. Cerca de 92% das crianças sentem-se confiantes no uso da internet em relação aos seus pais (62%), e a dificuldade destes em acompanhá-las, de forma a assegurar uma utilização segura da internet pelos filhos é evidente (Livingstone, 2007). Isto aponta para uma divisão geracional no que toca ao uso da internet (Mitchell, Finkelhor, & Wolak, 2005). Existe, desta forma, um efeito análogo e notável em que os pais consideram os seus filhos como “gurus” na utilização do computador e da internet (Kiesler, Lundmark, Zdaniuk & Kraut, 2000).

A necessidade de as crianças terem computador ou acesso à internet, prevalece de forma geral nos pais, sendo que para eles tal recurso possibilita melhores desempenhos académicos e aumenta o nível da literacia linguística. Esta conceção tem vindo a ser comprovada na literatura (e.g., oportunidades de aprendizagem, de entretenimento, *networking*, educação, informação, comunicação, etc.) (Haddon, Hasebrink & Livingstone, 2008). Contudo, os adolescentes gostam de comunicar com os amigos de forma a que não sejam influenciados ou supervisionados por adultos. Todavia, alguns pais não se sentem à vontade com a utilização das novas tecnologias e, em algumas situações, são as próprias crianças que associam esta iliteracia digital aos mais velhos, verificando-se uma falta de competência tecnológica para abordar certos assuntos (Pereira, Pereira & Pinto, 2011).

As oportunidades e os riscos caminham lado a lado, os esforços para aumentar as oportunidades podem aumentar os riscos, enquanto que os esforços para minimizar os riscos podem limitar as oportunidades das crianças durante a experiência online (Livingstone, 2007). Oportunidades e riscos são consideradas experiências positivas *versus* negativas, que podem acontecer durante o uso da internet; ambas resultam de transações entre comunicadores (e.g., conteúdo ou serviço) (Livingstone et al., 2011; Mascheroni & Ólafsson, 2014).

As oportunidades online permitem ter acesso à informação no geral, proporcionando uma participação cívica e política que pode contribuir para uma qualidade de vida, ou seja, ajuda a compreender como é que a informação e a comunicação são apresentadas e construídas, e permite ainda estabelecer relações sociais com outros utilizadores através da interação online, tem impacto sobre a vida familiar, visto que, os pais estão envolvidos numa lógica de aprendizagem no dia a dia, reconhecem a importância da internet como instrumento de apoio ao trabalho e desempenho escolares dos filhos e investem na compra dos mesmos (Hasebrink,

Livingstone & Haddon, 2008), além disso, Kuhlemeier e Hemker (2007) descobriram que ter acesso a computadores e à internet em casa está substancialmente relacionado com as competências informáticas que são obrigatórias para a vida contemporânea. Contudo, Jackson e colaboradores (2006) descobriram que as crianças que frequentemente utilizam a internet têm pontuações mais altas nos testes padronizados de realização de leitura e notas mais altas do que as que utilizam a internet com menor frequência. Embora o computador e a internet sejam ferramentas cada vez menos indispensáveis para as crianças e os adolescentes, em particular, o seu uso pode causar ansiedade (e.g., violência nos jogos, uso extremo do computador, facilidade em aceder aos sites pornográficos e a outros conteúdos controversos) e aumentar a dependência pela internet (Haddon, Hasebrink, & Livingstone, 2008).

Deste modo, as redes sociais são descritas como plataformas de internet, onde os utilizadores criam um perfil, incluindo a sua informação pessoal (i.e., interesses pessoais, hobbies, percurso biográfico, informação acerca da família, o relacionamento, etc.). Estes perfis são comparados a álbuns pessoais de poemas, mas com a diferença de que qualquer um pode aceder à informação de outro utilizador, se este não tiver cuidado com as suas opções de segurança. As redes sociais funcionam com base na autoapresentação dos utilizadores, e também através da rede de ligações de listas de amigos. As amizades são tidas através de interligações entre páginas, enviando convites a outros utilizadores (e.g., Facebook, Twitter, Instagram; Myspace, Youtube, Blogger, etc) (Matos et al., 2012).

Constitui um conceito para designar relações estabelecidas entre diversos elementos de um determinado sistema social, i.e., por pessoas, organizações que partilham motivações, valores, interesses e objetivos triviais, sendo que, as redes sociais enquadram-se num conceito mais vasto de “médias sociais” com o intuito de destacar a interação e a intervenção das pessoas, e incorporada nas rotinas da vida diária de muitos países da Europa Ocidental. O acesso as redes sociais como o Facebook e o Myspace são consideradas atividades preferidas pelas crianças e os adolescentes entre os 8 e os 18 anos, sendo que, 66% utilizam internet para publicar textos, músicas ou vídeos em perfis de redes sociais, imagens, etc., (Pereira, Pereira & Pinto, 2011).

Por outro lado, o uso de computador pode remeter a eventuais efeitos de isolamento das crianças, ter como consequência a sua inatividade física, o que pode causar problemas de saúde (e.g., obesidade infantil), bem como eventual exposição a riscos, como o envolvimento com estranhos e outros materiais online inadequados para a sua idade (Wang, Bianchi & Ralet, 2005).

Vanlanduyt e De Cleyn (2007) abordam cinco áreas de risco da internet que podem ser distinguidas da seguinte forma: (1) a internet pode ter um impacto negativo nas relações sociais,

sendo que a literatura aponta para que cerca de 42% das crianças são vítimas de cyberbullying (Chisholm, 2006; Vanlanduyt & De Cleyn, 2007), ou de cyberstalking (Kerbes, 2005); (2) a literatura aponta também para o impacto emocional negativo da internet, devido à possibilidade de exposição indesejada de pornografia, de violência e de linguagem explícita (Livingstone, 2003; Mitchell, Finkelhor & Wolak, 2005; Fleming et al., 2006), sendo que cerca de 16,7% das crianças indicam que foram ameaçadas online; (3) a internet parece afetar a saúde física, dores musculares, obesidade e a reduzir a concentração (Wang et al., 2005; Vanlanduyt & De Cleyn, 2007); (4) os estudos evidenciam um impacto negativo na gestão do tempo, resultando na dependência pela internet, negligência nas tarefas escolares e pouco envolvimento em atividades familiares (Kerbs, 2005); - (5) vários autores apontam ainda para o risco do consumismo e da exploração comercial (Livingstone, 2003; Livingstone & Bober, 2004; Chisholm, 2006), sendo que, neste contexto, é importante referir que os pais não entendem completamente estes riscos (Valcke et al., 2010).

Estes riscos englobam um conjunto de experiências que podem ser intencionais ou não intencionais (e.g., conteúdos de ataques racistas, “*happy slapping*” bofetadas felizes; problemas de conduta entre pares, como bullying e invasão da privacidade por um ou por várias pessoas) (Haddon, Hasebrink & Livingstone, 2008). As crianças e os jovens fazem as suas pesquisas de forma diferente da dos adultos, fazendo-as de forma inadvertida e descontraída, devido à sua falta de experiência, e acabam, desta forma, por premir comandos e ir até a *sites* impróprios, sujeitando-se a maiores perigos (Matos et al., 2012).

No que concerne aos riscos evidenciados pelas crianças aquando as atividades online, a Net Go Children Mobile (Mascheroni & Ólafsson, 2014) identifica o bullying, mensagens e imagens de cariz sexual, conhecer pessoas online e outros riscos, nomeadamente, vírus e software malicioso, e riscos de uso indevido da informação pessoal.

Apesar da internet poder ser uma ferramenta que beneficia os jovens, algumas crianças e adolescentes estão em risco de serem vitimizadas online, uma vez que os predadores podem ameaçar a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes indefesos (Finkelhor et al., 2000). Alguns estudos reportam que os jovens que despendem muito tempo online poderão estar expostos a potenciais riscos (e.g., conhecer pessoas perigosas, exposição a conteúdos de cariz sexual, invasão da privacidade, encontro com pedófilos, racismo) (Keith & Martin, 2005). A internet é, desta forma, um meio sujeito a vários riscos sobre os quais os pais muitas vezes têm pouco controlo, definindo poucas regras de uso e pouca supervisão, sobretudo devido à sua falta de conhecimento. De facto, muitas atividades que as crianças fazem online, fazem-nas sozinhas e num contexto anónimo (Leung & Lee, 2011). Desta forma, a utilização excessiva da

internet pode ser considerada problemática e tal pode estar associado à fraca comunicação entre os membros da família e o declínio da rede social, constituindo um síndrome moderno (Leung, 2008).

Assim, é possível verificar que a própria casa é o local onde as crianças e os adolescentes mais acedem à internet. Tendencialmente, este ambiente é o lugar onde se sentem mais seguros, o que poderá fazer com que não tenham a consciência dos perigos que o acesso ao mundo virtual pode trazer.

1.2. Família

A família como sistema aberto constitui um espaço singular de aprendizagem e de elaboração de uma visão universal da sua estrutura (dimensão espacial) e do seu desenvolvimento (dimensão temporal) (Alarcão, 2002). Neste sistema estabelecem-se interações, relações interpessoais e de reciprocidade, através da linguagem, contactos corporais, e comunicação no seio familiar (Alarcão, 2002). É no contexto familiar que se desenvolve o subsistema parental (marido e mulher), sendo fundamental a adaptação e a complementaridade recíproca de ambos para o melhor funcionamento familiar. Uma das funcionalidades deste subsistema é o delineamento de limites claros, que possam proteger os filhos de diversas intrusões; é a partir das interações entre pais-filhos que as crianças aprendem o sentido da autoridade, a forma de negociar e de lidar com o conflito no contexto de uma relação vertical. É também neste contexto de interação que se desenvolve o sentido de filiação e de pertença familiar (Alarcão, 2002). Segundo a literatura, o envolvimento parental serve, provavelmente, para promover o desenvolvimento e o sucesso escolar da criança, particularmente quando isto ocorre no contexto familiar (Steinberg, et al., 1992). Os estilos parentais têm efeito significativo no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes no que concerne à utilização da internet (Özgür, 2016).

1.2.1. Estilos parentais na internet

De forma a compreender como é que os estilos parentais influenciam o desenvolvimento das crianças e adolescentes, Darling e Steinberg (1993) abordam três aspetos essenciais: objetivos relacionados com a socialização; as práticas parentais utilizadas para ajudar a criança e o adolescente a alcançar os seus objetivos; e o clima emocional em que a socialização ocorre. A socialização é um processo iniciado pelos adultos, pelo qual as crianças, através da educação, da imitação e do treino adquirem os seus hábitos e valores congruentes com a adaptação da cultura, (Braumrind, 1997).

É importante distinguir, *a priori*, os estilos das diferentes práticas parentais.

Os estilos parentais simbolizam um conjunto de atitudes que são comunicadas às crianças e aos adolescentes, sendo que, todos juntos, criam um clima emocional, onde os pais atuam ou expressam os seus comportamentos de uma determinada forma (Darling & Steinberg, 1993). As práticas parentais educativas remetem para os comportamentos com objetivos específicos e de socialização, e é em função deles que os pais exercem as suas obrigações parentais, sendo que diferentes práticas parentais podem ser correspondentes para um mesmo efeito na criança. Não obstante, o comportamento é influenciado e tornado relevante através de atitudes implícitas, pode-se deduzir que as práticas parentais (comportamentos) são exercidas a partir da avaliação dos estilos parentais (atitudes) (Darling & Steinberg, 1993).

Alguns dos estudos de Baumrind (1966, 1968, 1997) tiveram como objetivo avaliar o impacto das práticas parentais em diversas dimensões da vida do indivíduo, contribuindo para a elaboração de três tipos de estilos parentais, que são consideradas cruciais para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes: o permissivo, o autoritário e o autoritativo. A autora integra uma abordagem configuracional para definir os estilos parentais. Tendo feito uma alusão do trabalho de Baumrind e realçando a pertinência do mesmo para o presente trabalho; é fundamental descrever e analisar os três protótipos de estilos praticados pelos pais, mas numa situação específica e adaptada aos estilos parentais na internet, no que toca ao comportamento que se associa a cada tipologia.

Serão analisadas duas dimensões identificadas por Maccoby & Martin (1983), tendo sido adaptadas para a socialização do uso da internet por Valcke e colaboradores (2010): afeto que consiste no suporte do uso da internet e estratégias de comunicação e o controlo que incide nas estratégias de supervisão, o uso de filtros e regras durante o uso da internet (Ávarez et al., 2013).

Maccoby e Martin (1983) reestruturam os protótipos de Baumrind em duas dimensões: a exigência (controlo) “*demandingness*”, considerada a atitude dos pais de impor regras e limites e responsividade (afeto) “*responsiveness*”, i.e., atitudes de compreensão dos pais para com os seus filhos.

Segundo esta diretiva, os pais autoritativos são considerados exigentes e responsivos (reciprocidade); os pais autoritários são exigentes e não responsivos; os pais negligentes não são exigentes nem responsivos e os pais indulgentes não são exigentes, mas responsivos. Estes autores defendem que os estilos parentais influenciam o comportamento das crianças, visto que o comportamento dos pais autoritativos associa-se às crianças competentes social e

emocionalmente, enquanto que os pais do tipo negligente e indulgente estão geralmente associados a problemas de comportamento (Valcke et al., 2010; Özgür, 2016).

De acordo com Valcke e colaboradores (2010), propuseram quatro estilos parentais adaptados à utilização de internet, que podem ser identificados por estilo autoritativo, caracterizado por pais com elevado padrão de exigência e de elevada responsividade, que remete para crianças mais competentes social e emocionalmente. Este estilo está associado a aspetos positivos, em que os pais reconhecem as qualidades presentes na criança, mas também definem parâmetros para condutas posteriores, estabelecendo limites e regras práticas no uso da internet. Não limitam explicitamente o comportamento, possibilitando e dando espaço para as crianças que sejam responsáveis pelo seu comportamento, esperando que estas ajam de forma autorregulada durante o uso da internet, refletindo elevados níveis, quer na exigência, quer na aceitação (Baumrind, 1966; Maccoby & Martin, 1983; Steinberg, et al., 1991; Valcke et al., 2016).

Os estilos parentais “*laissez-faire*” ou negligente refletem baixos níveis em ambas as dimensões no que respeita o envolvimento de uso de internet, raramente dão feedback às crianças, providenciam pouco suporte emocional, os pais com este estilo comunicam e interagem muito pouco com as crianças (Valcke et al., 2010; Özgür, 2016). Os pais que adotam um estilo parental autoritário procuram moldar, avaliar as atitudes e os comportamentos da criança em função de um conjunto de parâmetros de conduta, estes favorecem medidas punitivas e violentas, de forma a inibirem a vontade própria da criança, ao ponto das suas ações e crenças entrarem em conflito com o que a criança percebe ou pensa ser a conduta correta; valorizam ainda a obediência como uma virtude, a falta de reciprocidade durante a interação entre pais-crianças e não se mostram abertos para o diálogo franco com os seus filhos, são relutantes acerca da perceção sobre o uso da internet (Baumrind, 1966, 1968; Valcke et al., 2010). Por fim, o estilo parental indulgente revela pais que se comportam de forma não punitiva, mas recetiva face aos desejos da criança. Não estabelecem limites claros, abstêm-se de exercer as funções que detêm, permitem à criança regular ao máximo as suas atividades e seguir as suas ideias e vontades. (Baumrind, 1977, 1995; Valcke et al., 2010; Özgür, 2016).

O estilo autoritativo em contraste com o estilo autoritário, indulgente e o negligente tem sido associado aos resultados positivos entre os adolescentes, incluindo elevados níveis de desenvolvimento cognitivo, psicológico, saúde mental, auto estima, elevado desempenho académico e maior autoconfiança (Eastin et al., 2006).

De acordo com a literatura, o estilo parental desempenhado está relacionado positivamente com o comportamento do adolescente na sua utilização da internet (Rosen, Cheever & Carrier,

2008). Eastin e colaboradores (2006), examinaram a forma como os pais medeiam o uso da internet e descobriram que os pais autoritativos utilizam técnicas avaliativas (co-visualização ou discussão de conteúdo) e técnicas restritivas (estabelecer limites) com maior frequência do que os pais autoritários e negligentes. Neste sentido, os pais autoritativos tendem a usar mais mediadores tecnológicos (e.g., *software* de bloqueio) do que os pais autoritários e negligentes. Também Greenberg, Hofschire, Eastin e Lachlan (2002) verificaram que o estilo parental tem impacto no uso de regras, na discussão de conteúdo, no bloqueio e na co-visualização de múltiplas fontes na internet, incluindo videojogos, internet, televisão, música e vídeos. Por sua vez, Rosen, Cheer e Carrier (2008) constataram que a maioria dos pais tenta estar envolvido na ‘vida online’ dos adolescentes. Aproximadamente 65% dos pais relataram que verificam os websites que as crianças e os adolescentes visitam, enquanto que 74% afirmam que conseguem identificar se o seu filho criou uma página no MySpace ou Facebook. Cerca de 85% dos pais relatam terem estabelecido regras sobre o tipo de informação pessoal que os seus filhos podem facultar às pessoas com quem conversam na internet. Enquanto que os pais relatam estar envolvidos nas atividades dos seus filhos na internet, a maioria também constatou ter regras estipuladas sobre quais os sites que os filhos devem visitar, e quanto tempo devem despende durante as atividades online (68%). Quase mais que metade dos adolescentes relatam que os seus pais verificam os sites que tenham visitado (55%). Todavia, a perceção que os pais têm acerca do uso da internet que consideram ser uma “coisa boa” para os seus filhos diminuiu 8% entre 2004-2006 (Rosen, Cheer & Carrier, 2008). A literatura indica ainda que os pais com crianças pequenas são mais propensos a monitorizar o comportamento da criança e que os pais com crianças mais jovens, entre os 10 aos 15 anos, tendem a usar mais o software de filtragem (Mitchell et al., 2005). Também os pais com adolescentes mais jovens tendem a estar mais envolvidos num nível relativamente elevado de monitorização parental do que os pais com adolescentes mais velhos (Wang, Bianchi & Raley, 2005). Especificamente, os pais têm uma menor tendência para sujeitar os seus filhos mais velhos a tempos definidos e limitados de utilização da internet e é menos provável que utilizem softwares de monitorização nesta faixa etária (Rosen, Cheever & Carrier, 2008).

Youn (2008) afirmou que os pais desempenham um papel fundamental na socialização das crianças em situações que envolvem riscos, visto que o ambiente online apresenta diversos riscos para as crianças e os adolescentes; incluindo cyberbullying, fácil acesso a conteúdos inapropriados para crianças e invasão de privacidade (Livingstone & Helsper, 2008). No entanto, é difícil para os pais monitorizar ativamente as atividades online das crianças devido à natureza típica da utilização da internet (i.e., uma tela pequena com várias janelas abertas

simultaneamente). Além disso, as crianças de hoje são conhecedoras de tecnologia e muitas vezes superam os conhecimentos e habilidades dos pais no que concerne a utilização da internet (Bartoli, 2009). O conflito entre a necessidade de os pais protegerem os seus filhos e a sua capacidade de monitorizar e controlar os comportamentos na internet provavelmente será maior com os pré-adolescentes, visto que têm poucas habilidades de desenvolvimento e de compreensão, mas são capazes de navegar e usar a internet (Shin, Hut & Faber, 2012). Geralmente, os pais desconhecem os potenciais riscos para os seus filhos que estão associados a atividades comerciais na internet (Chisholm, 2006; Livingstone & Bober, 2004). A probabilidade de exposição ao risco aumenta com a idade, sendo que 46% dos utilizadores com idades compreendidas entre os 9 e os 16 anos de idade experienciaram pelo menos um risco online, subindo de 17% de crianças com 9 aos 10 anos de idade e para 69% dos 15 aos 16 anos de idade (Livingstone et al., 2011).

De acordo com Duerager & Livingstone (2012), 89% dos pais impõem regras sobre o tempo das atividades desenvolvidas online pelas crianças; muitos pais perguntam aos seus filhos o que fazem online (82%) e 58% permanecem por perto quando a criança está online. Mais de metade dos pais assumem ter fases positivas, como sugerir à criança como se deve comportar online em relação aos outros utilizadores (56%) e falar de coisas que podem aborrecer as crianças online (52%) e 36% revelam ter ajudado a criança a resolver algo que tenha acontecido no passado. Os pais também restringem a divulgação de informações pessoais por parte das crianças (85%); o *uploading* (63%) e o *downloading* (57%). O uso de técnicas de segurança é relativamente baixo, visto que apenas ¼ dos pais bloqueiam ou usam filtros para websites (28%) ou monitorizam os sites visitados pela criança (24%).

Relativamente aos resultados obtidos por Valcke e colaboradores (2010) sobre os estilos parentais na internet e o impacto de uso de internet, os autores verificaram que cerca de 59,4% dos pais autoritativos estabelecem limites e regras durante o uso da Internet. Os pais com o estilo indulgente não estabelecem limites claros durante o uso da internet 12,9%. Já os pais com estilo parental autoritário apresentam 11,4%, no qual é valorizada a obediência durante a interação entre pais-crianças apresentando valores próximos do indulgente. Por último, o estilo parental negligente, que reflete o baixo desempenho quer na exigência como na responsividade, apresenta o valor mais baixo de todos de 6,9%.

A atual geração revela uma falta de experiência de um mundo sem TIC, sendo designadas por “nativas digitais” (Prensky, 2001), “a geração da internet” (Oblinger & Oblinger, 2005), ou “*screenagers*” (Bourgonjon, Valcke, Soetaert, & Schellens, 2009). As novas tecnologias têm maior influência na socialização da criança do que uma escola na

sociedade contemporânea, é evidente que o desenvolvimento emocional e social, podem encontrar ainda espaço durante a infância (Heim et al., 2007). Alguns analistas consideram que as novas tecnologias conduzem ao isolamento pessoal, sobretudo quando a criança está no seu espaço privado a olhar fixamente para o seu ecrã, minimizando, portanto, as experiências psicossociais; constitui uma oportunidade de aprendizagem entre as crianças e, por sua vez, pode aumentar a satisfação do bem-estar psicológico (Haan & Huysmans, 2004).

A internet facilita, acelera a comunicação, dá acesso a informação, tornando-se, desta forma, numa componente imprescindível na vida dos utilizadores e, particularmente para as crianças e adolescentes, constituindo uma oportunidade de interação com outros utilizadores (Horzum & Betas, 2012). O número de utilizadores da internet desta faixa etária aumenta consideravelmente todos os dias, i.e., verificou-se que 45,6% de crianças com idades entre 6 e 15 anos utilizam a internet quase todos os dias, usada em casa pelas crianças e pelos adultos (Matos et al., 2012).

Na verdade, a frequência de utilização da internet está a aumentar gradualmente em todo mundo, mas em ritmos diferentes (Horzum & Bektas, 2012; Özgür, 2016). Apesar da internet possuir muitas utilidades e facilidades, o seu uso inadequado ou inconsciente pode causar maior vulnerabilidade para os utilizadores, como o insucesso escolar, o isolamento social, entre outros efeitos (e.g., depressão, ansiedade, cyberbullying, solidão, declínio com a satisfação com a vida e alguns problemas psicológicos), particularmente para crianças e os adolescentes (Yang & Tung, 2007). O papel dos pais em relação ao uso da internet por crianças pequenas ou adolescentes é relativamente recente na investigação (Valke et al., 2010). A literatura revela poucos resultados relativamente ao número de pais que definem regras durante o uso da internet (Valcke et al., 2010). É considerado pertinente o grau de controlo e afeto durante a interação entre os pais e as crianças/adolescentes (Baumrind, 1991, Maccoby & Martin, 1983).

É expectável que os pais providenciem um ambiente seguro e de apreço no seio familiar, ou seja, as crianças devem ter oportunidade de suscitar questões aos pais no que toca ao uso de internet, tendo em conta a reação das crianças quando virem um conteúdo desagradável na internet (Fleming et al., 2006). De acordo com a perspetiva de diversos autores (e.g., Baumrind, 1971, 1989; Maccoby & Martin, 1983), como foi sobescrito anteriormente, estão subjacentes duas dimensões fundamentais relacionadas com o comportamento parental, que se relaciona com o controlo exercido pelos pais, outra é referente ao afeto (Darling & Steingerg, 1993; Aunola, 2000; Valcke et al., 2010; Özgür, 2016). A dimensão controlo traduz-se na medida em que os pais demonstram controlo e supervisão parental, i.e., é considerado um mecanismo que promove a aceitação, a conformidade com as regras e as normas sociais, inclui orientação para

as crianças durante as atividades feitas online. Reflete-se na conversação das atividades inapropriadas durante o uso da internet (Aunola, Stattin & Nurmi, 2000), no uso de software que filtra os conteúdos (Valcke et al., 2010) e monitorizar o histórico de navegação das crianças após a utilização da internet (Özgür, 2016). No que diz respeito à dimensão afeto, esta refere-se a uma conjuntura de características que incluem as expressões de afeto (e.g., tom de voz, empatia durante as interações pai-criança, assertividade, ser genuíno), disponibilidade afetiva, o suporte parental e a sensibilidade para o estado psicológico da criança, sendo fundamental investir na comunicação com os filhos e estabelecer níveis de apoio (Maccoby & Martin, 1983).

1.2.2. Estratégias de mediação parental no uso da internet

De acordo com Valcke e colaboradores (2010), a mediação da utilização de internet é regida por duas dimensões essenciais dos estilos parentais, nomeadamente, (1) o controlo parental, que visa a imposição de regras, estabelecimento de limites que restringem certas atividades aquando a utilização de internet pelas crianças e adolescentes, e (2) o afeto parental, que remete mais para o investimento na comunicação e o apoio que é dado às crianças e adolescentes durante o a sua utilização.

A literatura menciona diferentes estratégias de mediação parental que podem ser adotadas no sentido de minimizar os riscos inerentes à utilização da internet, nomeadamente a mediação ativa, a mediação técnica, a mediação de segurança ativa, a mediação restritiva e a monitorização. No entanto, os autores indicam que a aplicação destas estratégias não é suficientemente eficaz na redução dos riscos na utilização da internet (Livingstone & Helsper, 2008).

Os pais têm implementado diversas estratégias, favorecendo o uso ativo de regras de interação (e.g., técnicas restritas ou monitorização do software), apesar da aplicação destas estratégias não serem consideradas eficazes para a redução dos riscos no uso da internet (Livingstone & Helsper, 2008). A forma como os pais interagem com as crianças, a aprovação ou a desaprovação e outras formas de feedback diferem em função do género dos pais (Eastin, Greenberg & Hofschire, 2008); tendo em consideração as características das crianças os pais exercem muito controlo e são afetuosos com crianças pequenas do que com as crianças mais velhas (Eurobarometer, 2008), ao passo que Valcke e colaboradores (2010) não encontraram diferenças no controlo parental no que toca ao género da criança, embora prévios estudos constatarem que, o controlo parental é mais exercido nos rapazes do que nas raparigas (Eastin et al., 2008). Algumas evidências indicam que o comportamento parental em relação às raparigas

é diferente quando se dirigem aos rapazes, assim, o sexo da criança torna-se um preditor diferencial significativo da mediação parental (Bulck & Bergh, 2001).

Verifica-se uma constante disputa entre pais e filhos à medida que os pais tentam equilibrar as vantagens educacionais e sociais na utilização dos meios de comunicação e dos efeitos negativos que um determinado conteúdo pode ter sobre as atitudes, comportamentos e/ou segurança da criança. Um dado interessante é que os pais alegam que as novas tecnologias afetam outras crianças mais do que as suas (Livingstone & Helsper, 2008).

O papel parental vai, assim, para além das restrições, de forma a abranger as estratégias de conversação e de interpretação, bem como as atividades de controlo parental. As estratégias incluem a elaboração e a restrição de regras que podem ser positivas (e.g., discutir, explicar), como negativas (e.g., discordar, criticar) e a visualização social. As estratégias de mediação parental representam formas em que, a família reproduz valores face ao sistema de significados externos, ou seja, os pais não procuram somente evitar situações indesejáveis, mas também incutir uma abordagem ecológica de interação entre pais-crianças, sendo que os pais usam os meios de comunicação para facilitar os valores desejados (e.g., o uso de *media* como forma de partilha das atividades familiares, o processo da dinâmica familiar). Outros investigadores relatam a existência de uma abordagem sociocognitiva para estimular o desenvolvimento da literacia mediática das crianças, que pode minimizar os efeitos nefastos no uso da internet (Livingstone & Helsper, 2008).

Relativamente à estratégia europeia para uma internet melhor para as crianças, a Comissão Europeia (2012) salientou que as crianças e os pais devem estar conscientes dos riscos inerentes, mas também precisam de conhecer as ferramentas e as estratégias para lidar com ela. Neste sentido, os pais são identificados como os principais destinatários das mensagens de segurança na internet. Os pais têm a principal responsabilidade em assegurar se os seus filhos estão protegidos durante a sua utilização da internet, devem monitorizá-las e ensiná-las a fazer julgamentos sobre os sites que acedem, sendo que, os pais devem usar o software para bloquear o acesso a determinados sites como um método de proteção dos seus filhos (Austin & Reed, 1999).

Os pais podem apoiar o uso da internet e das redes sociais por parte das crianças de diversas formas (Mascheroni, & Ólafsson, 2014). Contudo, a mediação parental da utilização da internet pelas crianças engloba estratégias, técnicas e práticas regulatórias que os pais estabelecem para maximizarem os benefícios e minimizarem os riscos do uso da internet (Kirwil, 2009).

São abordadas algumas estratégias de regulação parental, nomeadamente: mediação ativa, a restritiva e a co-visualização que foram estabelecidas *a priori* para examinar os efeitos de

mediação na televisão (Valenburg, Krcmar, Peeter & Mrseille, 1999), tendo sido posteriormente adaptadas para a mediação de novas tecnologias do uso na internet.

De acordo com Eastin e colaboradores (2006), existem três estilos de mediação dominante na literatura, nomeadamente: fatural, avaliativa e restrita. Relativamente, as técnicas de mediação fatural, integram uma abordagem baseada em factos para ajudar a criança a entender como o conteúdo da internet é produzido e apresentado. A mediação avaliativa, avalia o nível de discussão entre pais e filhos para interpretar o conteúdo mediado, explicar o seu significado, avaliar suas motivações, fazer julgamentos de valor e distinguir a fantasia da realidade, enquanto que a mediação restritiva consiste na implementação e na aplicação de regras parentais relacionadas com o uso da internet.

Podem ser identificados cinco grandes tipos de estratégias de mediação parental na internet, designadamente: (1) a mediação ativa, que remete para a utilização do que a criança faz na internet, onde o pai (educador) se encontra presente, i.e., fica perto da criança para conversar, partilhar, ou discutir sobre as atividades que tem desenvolvido online; (2) a mediação técnica, que remete para a utilização de software ou controlos parentais para filtrar, limitar, monitorizar o que a criança faz durante online; (3) a mediação restritiva, que incide na imposição de regras que restringem as atividades que a criança faz online (e.g., o facto de a criança não utilizar certas aplicações, não disponibilizar os seus contactos pessoais, não utilizar internet para determinadas atividades); (4) a mediação ativa de segurança da criança, onde o pai, antes ou depois, das atividades online, orienta como a criança deve proceder na utilização do uso da internet de forma segura, criando igualmente um ambiente de discussão, de forma a ajudar a criança em caso de dificuldades; e por último, (5) a monitorização, em que o pai ou o cuidador confere o histórico de navegação após a criança ter utilizado a internet (Livingstone et al., 2011; Duerager & Livingstone, 2012; Helsper et al., 2013). Estas estratégias visam prevenir e reduzir riscos online que as crianças podem estar expostas aquando o uso de internet (Chang et al., 2014).

A literatura sugere que a mediação ativa tem um impacto mais positivo, do que outros tipos de estratégias de mediação parental, na redução dos efeitos indesejáveis na utilização da internet pelas crianças (Buijzen et al., 2008; Lwin, Stanaland & Miyazaki, 2008). Também, Fujioka & Austin (2003), consideram a mediação ativa eficaz, na medida em que esta é baseada na conversação e na discussão crítica entre pais e crianças, que possivelmente incentiva o pensamento crítico das crianças comparativamente às outras estratégias de mediação (Shin, Huh & Faber, 2012). A mediação restritiva tem sido menos eficaz do que a mediação ativa (Buijzen & Valkenburg, 2005; Lwin et al., 2008) no entanto, é mais eficaz do que a não

mediação na redução de influências negativas da internet sobre as crianças, tais como, a exposição a conteúdos inapropriados; ao cyberbullying e à invasão da privacidade (Livingstone & Helsper, 2008). Neste sentido, a mediação restritiva minimiza riscos online, contudo não favorece competências e oportunidades online (Duerager & Livingstone, 2012). O seu uso pode induzir nas crianças a internalização das atitudes de controlo parental de longa duração, que pode afetar de imediato os seus comportamentos, se as crianças obedecerem às regras que os pais impõem para diminuir a exposição de riscos na internet (Shin, Huh & Faber, 2012).

A mediação ativa está positivamente associada ao conceito de privacidade online dos adolescentes (Youn, 2008) e negativamente associada com a disposição dos adolescentes em divulgarem informações pessoais em sites comerciais na Web (Lwin et al., 2008). A mediação ativa, a monitorização e a mediação técnica estão positivamente relacionadas com atividades online (e.g., baixar músicas, assistir vídeos na internet, etc.) e com as competências em todas as faixas etárias; já a mediação restritiva está associada a poucas atividades e competências. Pais que praticam muita regulação restritiva têm crianças que encontram poucos riscos (i.e., as crianças fazem poucas atividades online e também têm poucas competências digitais), por outro lado, pais que praticam a mediação de segurança ativa ou a monitorização têm crianças que encontram muitos riscos, de modo particular os adolescentes. Provavelmente a mediação ativa de segurança é uma resposta ao que causa problemas de experiências online e, estas crianças fazem muitas atividades online e evidenciam elevadas competências digitais. A mediação restritiva não está relacionada às necessidades de privacidade online Youn (2008), mas Lwin e colaboradores (2008), descobriram que é mais eficaz do que a não-mediação na redução da divulgação de informação pessoal entre crianças de 10-14 anos.

De acordo com Duerager e Livingstone (2012), a mediação ativa está associada a poucos riscos e maiores oportunidades online e melhores competências digitais para as crianças, e constata ainda que a mediação restritiva está associada a poucos riscos, poucos prejuízos online e limita oportunidades online, consideradas as que mais protegem as crianças dos danos, ao passo que a mediação de segurança ativa, a monitorização e a mediação técnica estão associadas a maiores oportunidades online apesar de não causar impacto na redução dos riscos online. O uso da mediação restritiva e a mediação ativa são estratégias para a prevenção dos riscos online enquanto que a mediação ativa de segurança e a monitorização das crianças no uso da internet, geralmente são usadas depois de a criança experienciar algo desagradável online para prevenir futuros problemas, a eficácia das estratégias de mediação ativa e restritiva, estão a alterar-se com a transição do computador para o *smartphone* e outros aparelhos de acesso à internet, criando assim novos desafios para os pais (Duerager & Livingstone, 2012).

No mesmo sentido, Livingstone e colaboradores (2011), realçam que as medidas restritivas podem conduzir a uma redução das competências digitais. As restrições do uso da internet e as oportunidades que a sua utilização pode trazer, como a comunicação e a participação, são meios eficazes no que concerne a resiliência, mas destrutivos para a redução dos riscos. Os mesmos autores afirmam que, pais com estatuto socioeconómico elevado evidenciam mais estratégias de mediação ativa e a de segurança, ao passo que a mediação restritiva é muito usada pelos pais com o estatuto socioeconómico baixo, pouca educação, pouco uso da internet e poucas competências digitais. De acordo com os resultados de Duerager & Livingstone (2012), sobre a supervisão parental aquando o uso da internet pelos seus filhos, 89% dos pais impõem regras sobre o tempo em que a sua criança pode fornecer informação pessoal online; 82% conversa com a criança, em particular as raparigas e, 59% ficam perto da criança quando está online. Algumas das estratégias geralmente adotadas pelos pais para regular o uso de internet de seus filhos podem ser complicadas na execução, como por exemplo, a monitorização, provavelmente é muito difícil, se não impossível (Mascheroni & Ólafsson, 2014).

Existem diversas recomendações que podem ser feitas para diferentes tipologias de mediação parental, ou seja, pais que usam estratégias de mediação restritiva podem ser sensibilizados a promover uma mediação mais ativa com conselhos sobre como poderia ser feito (Helper et al., 2013).

De acordo como relatório EU Kids Go Mobile (Haddon et al., 2014) verifica-se que os pais europeus evidenciam mais o uso da estratégia de mediação ativa (77%), 68% em situações em que os pais ajudam as crianças quando encontram dificuldades na internet, e sugerem como comportar-se com os outros que estejam online; 68% explicam porquê alguns sites são bons outros não; 68% dos pais evidenciam o uso da mediação ativa, em situações em que os filhos afirmam que os pais falam com eles sobre o que fazem na internet (66%); a mediação restritiva é pouco comum do que a mediação ativa no uso da internet, 65% dos pais adotam duas ou mais formas do que a mediação restritiva, 60% das crianças não tem permissão de facultar informação pessoal a terceiros; e relativamente á mediação técnica, 26% dos pais praticam, sendo que 51% dos inquiridos constataam que os pais usam software para prevenir vírus e lixo eletrónico.

Sendo que em Portugal, 68% dos pais utilizam internet, esta percentagem é a mais baixa entre os sete países europeus em análise (Simões, Ponte, Ferreira, Dorreto & Azevedo, 2014). Relativamente ás estratégias de mediação utilizada pelos pais portugueses, no que toca á mediação restritiva, é considerada a mais usada pelos mesmos (77%), sendo que as restrições

parentais incidem, de modo particular, em compras online (79%), localização geográfica (69%) e dar informação pessoal a outras pessoas na internet (67%); 74% dos pais portugueses evidenciam a prática da mediação ativa, sendo que conversar com a criança sobre o que faz é considerada a principal forma adotada pelos pais (73%), com pouca variação no que concerne a idade e género, e este valor é o mais elevado entre os sete países do estudo Net Children Go Mobile (Simões, et al., 2014); 68% dos pais como os da Roménia reportam menos uso da internet ou possuir *tablets* ou *smartphones*, e as formas de mediação dos pais consistem em, explicar a criança que certos sites são bons ou maus (64%), ajudar a criança quando alguma coisa estava a ser difícil de fazer ou de encontrar na internet (61%) e sugerir maneiras de usar a internet de forma segura (60%). E por último, a mediação técnica que é menos referida nas famílias portuguesas (23%), a mediação com mais incidência é a utilização do software para evitar o spam, emails indesejados e vírus (45%) e os pais utilizam poucas ferramentas que permitem verificar os sites visitados (22%) Mobile (Simões, et al., 2014).

No que concerne à utilização da mediação parental nos diferentes países, segundo Duerager e Livingstone (2012), os países da Europa do Norte (e.g., Noruega, Suíça, Dinamarca e Netherlands) evidenciam a prática da mediação ativa; na Europa de Este (e.g., Lituânia, Estónia ou Romania) em geral, são caracterizados pela prática de mediação restritiva e ativa; enquanto Turquia, Áustria, Itália e Bélgica evidenciam muito a prática de mediação ativa do que Europa em geral e, a elevada mediação ativa e elevada mediação restrita são inerentes no sul da Europa (e.g., Portugal, Espanha e Grécia e grandes países da Europa, nomeadamente: França, Alemanha e Reino Unido). Diferentes culturas adotam, assim, diferentes estratégias de mediação parental.

Em suma, os diferentes estilos parentais e as estratégias de mediação adotadas afetam de forma diferente a forma como as crianças e os adolescentes exploram os conteúdos da internet, e consequentemente têm impacto na aprendizagem e desenvolvimento de determinadas competências.

1.3. A relação entre crianças e família

1.3.1. Relação entre estilos parentais e cyberbullying

De acordo com Darling e Steinberg (1993), o envolvimento parental começa antes do nascimento da criança, que posteriormente é afetado por uma combinação de fatores, i.e., pelas características pessoais dos pais e pelas mudanças ambientais. Baumrind (1966) tem sugerido três estilos parentais: o estilo democrático ou autoritativo, o autoritário e o permissivo, cada um

deles reflete diferentes valores, práticas, comportamentos, e equilíbrios entre o afeto e o controlo parental.

Os pais com crianças cyberbullies podem ser percecionados como aqueles que usam métodos disciplinares punitivos. As crianças que percecionam os seus pais como frios e indiferentes ou hostis, provavelmente podem envolver-se em situações de bullying e de vitimização; as crianças cujos pais exercem o estilo autoritativo são influenciadas para adotarem uma vida saudável e de relações socialmente positivas, apresentando uma possibilidade reduzida de se envolver em situações de cyberbullying. Assim, as vítimas são mais propensas a perceber o baixo afeto emocional dos pais e mais rejeição em relação aos bullies. Os estilos parentais afetam o comportamento das crianças no uso das TIC, quer online, quer offline, que pode ser diretamente (e.g., práticas relacionadas com o uso das TIC) e indiretamente (as práticas parentais), o que pode explicar de forma significativa o comportamento online inadmissível, tal como o cyberbullying (Kokkinos et al., 2015).

Existem poucos estudos que abordam a relação entre os estilos parentais e o cyberbullying, Dilmaça e Aydogan (2010), afirmaram que os cyberbullies possivelmente podem surgir de famílias cujos pais praticam o estilo autoritário, que providenciam um suporte emocional empobrecido e implementam estratégias de coping agressivas, enquanto que os pais autoritativos orientam as suas crianças para o uso seguro na internet, aconselhando-as a não partilhar informação pessoal, incentivam ainda uma comunicação online caracterizada pelo respeito pelas diferenças individuais de outros utilizadores.

1.3.2. Relação entre estratégias de mediação parental e cyberbullying

Na sociedade atual, a proliferação das TIC constitui parte integrante da vida diária dos adolescentes, favorecendo a expansão de relações interpessoais, a melhoria das suas competências sociais, intelectuais e comunicativas, e o acesso a recursos educativos de comunicação e de informação, o que pode também desencadear uma multiplicidade de riscos (e.g., *cyberbullying*, *cyberstalking*). Assim, nesta perspetiva, a supervisão parental é considerada um fator atenuante à exposição de riscos (Finkelhor et al., 2000).

Desta forma, é possível verificar que a nova realidade tecnológica proporciona novos horizontes, perspetivas, desafios, e oportunidades, mas também evidencia diversos riscos online e problemas, proporcionando inquietações relativamente à segurança e à privacidade das crianças (Monteiro & Gomes, 2009). Os jovens que têm mais contato com novas tecnologias são os que tiram maior partido delas, exploram as diferentes oportunidades e protagonizam

situações de confronto com potenciais riscos, lidando de forma autónima (Livingstone & Helsper, 2008; Mascheroni & Ólafsson, 2014).

O facto de terem um acesso facilitado às novas tecnologias torna-se pertinente analisar o papel parental. Apesar de existir ambivalência na utilização das novas tecnologias, os pais detêm o poder de um contato direto com as crianças, de forma a observar como é que os jovens exploram os dispositivos eletrónicos (Livingstone e Helsper, 2008);

Como já mencionado, Livingstone e colaboradores (2011) classificam a mediação de novas tecnologias em cinco grandes categorias de mediação parental: a mediação ativa da utilização que a criança faz na internet; a mediação ativa da segurança da criança; mediação restritiva; monitorização e mediação técnica.

As crianças cujos pais discutem a segurança da internet, estão mais conscientes dos riscos que podem encontrar durante a pesquisa, através da utilização de estratégias de mediação ativa, as crianças são apoiadas a tornar-se pensadores críticos, de assumir um papel proactivo e de minimizar os riscos e a mediação restritiva limita o acesso do uso da internet às crianças e reduz a incidência de comportamentos de risco online (Chang et al., 2014).

Ferreira, Martins e Gonçalves (2012) conduziram um estudo sobre as estratégias de mediação parental mais comuns utilizadas pelos pais, e se estas são ou não eficazes na minimização à exposição dos riscos. Os autores verificaram que as técnicas de mediação ativa relacionada com a segurança são utilizadas face a jovens do sexo feminino, cuja faixa etária varia entre os 10 e os 14 anos; aplicam-se também as técnicas de mediação da utilização com indivíduos até aos 16 anos. Já no que concerne à mediação restritiva, os resultados apontam que é aos rapazes entre os 10 e os 17 anos que são aplicadas regras acerca do tempo que passam na internet; no que concerne às regras relativas ao conteúdo e às interações sociais, foi verificado que estas são mais impostas às raparigas, com idades entre os 10 e os 16 anos. Ressaltam ainda a redução drástica dos resultados relativamente à mediação técnica nas raparigas, entre os 16 e os 18 anos. Os autores verificaram ainda que, das três estratégias de mediação parental analisadas em função da sua eficácia, a monitorização e a mediação técnica pareceram evidenciar um efeito reduzido à exposição ao risco. Alguns estudos revelaram que a mediação ativa está associada a poucos riscos online e muitas oportunidades online e a mediação restritiva está associada a menos riscos online e poucas oportunidades online, ao passo que a mediação de segurança ativa, a monitorização e a mediação técnica estão associados a maiores oportunidades online (Duerager & Livingstone, 2012).

No que toca ao impacto da vitimização online, concluíram que os jovens que reportaram ter tido mediação parental durante as atividades online sentiram-se mais confortáveis em contar

aos cuidadores o que lhes havia acontecido, com o intuito de encontrar formas de solucionar e ultrapassar a situação de maneira eficaz (Ferreira, Martins & Gonçalves, 2012). Os mesmos autores, pressupõem a redução da utilização das técnicas de mediação nas idades mais velhas, numa perspetiva de os jovens terem adquirido autonomia e responsabilidades, sendo suficientemente capazes de evitar a exposição aos riscos; os autores concluem que os pais utilizam os diversos tipos de mediação ilustrada pela literatura como mais eficazes.

1.4. Objetivo e hipóteses de investigação

Tendo em consideração as perspetivas de diversos autores sobre os estilos parentais e as estratégias de mediação parental no uso da internet, particularmente nas crianças e nos adolescentes, procuramos analisar neste estudo se estas variáveis influenciam o envolvimento das crianças e adolescentes em contexto de cyberbullying, bem como estudar de que modo os estilos parentais e as estratégias de mediação parental são percebidos pelas crianças e adolescentes durante a interação com os pais, aquando do uso da internet.

Neste sentido, os objetivos passam por analisar a influência dos estilos parentais e das estratégias de mediação parental no uso da internet no envolvimento em cyberbullying nas crianças e adolescentes. Neste sentido, serão testadas as seguintes hipóteses:

- H1) As crianças cujos pais exercem o estilo parental autoritativo reportam menor envolvimento em cyberbullying;
- H2) As crianças cujos pais exercem um estilo parental negligente reportam maior envolvimento em cyberbullying;
- H3) As crianças cujos pais exercem estratégias de mediação parental ativas reportam menor envolvimento em cyberbullying;
- H4) As crianças cujos pais exercem estratégias de mediação restritiva reportam maior envolvimento em cyberbullying.

2. Método

2.1. Participantes

O presente estudo é composto por um total de 199 participantes, 103 crianças e adolescentes e respetivo/a pai ou mãe ($N = 96$). Relativamente aos critérios de inclusão da amostra, foram consideradas turmas a partir do 3º ao 6º ano de escolaridade, a frequentar um Colégio da Grande Lisboa.

Relativamente à caracterização demográfica das crianças e dos adolescentes, estes têm idades compreendidas entre os 8 e 12 anos ($M = 10,07$, $DP = 1,16$). A distribuição por sexo é equilibrada, havendo 49,5% de raparigas e 50,5% de rapazes. As crianças frequentam entre o 3º e o 6º ano de escolaridade, havendo 40,8% no 1º ciclo (3º e 4º ano) e 59,2% no 2º ciclo (5º e 6º ano). A maioria das crianças tem irmãos (83,5%), predominantemente entre 1 a 2 irmãos (72,8%). As idades dos irmãos oscilam entre um e os 22 anos, sendo a média de 10,54 anos e a dispersão em torno deste valor de 4,36.

Tabela 1

Caracterização das Crianças/Adolescentes ($N = 103$)

Variáveis		<i>N</i>	%
Idade	8-10 anos	65	63,1
	11-12 anos	38	36,9
Sexo	Feminino	51	49,5
	Masculino	52	50,5
Ano de Escolaridade	3º ano	15	14,6
	4º ano	27	26,2
	5º ano	35	34,0
	6º ano	26	25,2
Ciclo de escolaridade	1º ciclo	42	40,8
	2º ciclo	61	59,2
Tens irmãos?	Sim	86	83,5
	Não	17	16,5
Número de irmãos	1-2 irmãos	75	72,8
	3-4 irmãos	10	9,7
	5-6 irmãos	1	1,0
Média de idade de irmãos ($M=10,54$; $DP=4,36$; $Min=1$; $Max=22$)			

Relativamente aos pais, a idade dos inquiridos varia entre os 35 e os 57 anos ($M= 44,06$; $DP=4,98$). Nesta amostra predomina o sexo feminino (67,7%), a grande maioria são de nacionalidade portuguesa (99%) e a maioria é natural da zona de Lisboa e vale do Tejo (75%). Quase todos os pais frequentaram o ensino superior (96,9%), havendo em termos profissionais (de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões - CPP, 2010), um predomínio de profissionais especialistas das profissões intelectuais e científicas (83,3%). A maioria dos pais tem 1 a 2 crianças (entre 0-18 anos) no agregado familiar (66,7%). Relativamente à idade dos filhos estas variam entre um ano e os 25 anos ($M = 10,38$; $DP =2,48$).

Tabela 2

Caracterização sociodemográfica dos pais (N =96)

Variáveis	N	%
Idade pais		
35-39	20	20,8
40-44	29	30,2
45-49	34	35,4
50-57	13	13,6
Total	96	100,0
Sexo		
Feminino	65	67,7
Masculino	31	32,3
Escolaridade		
Menos de 4 anos de estudo	1	1,0
Entre 9 e 12 anos de estudo	1	1,0
Bacharelato (curso médio ou técnico superior)	1	1,0
Licenciatura ou mais	93	96,9
Nacionalidade		
Angolana	1	1,0
Portuguesa	95	99,0
Naturalidade		
Norte	4	4,2
Centro	5	5,2
Lisboa e Vale do Tejo	72	75,0
Alentejo	4	4,2
Algarve	1	1,0
Ilhas	1	1,0
Angola	1	1,0
Não responde	8	8,4
Profissão (segundo CPP, 2010)		
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	5	5,2
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	80	83,3
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	4	4,2
Pessoal Administrativo e Similares	1	1,0

Pessoal dos Serviços e Vendedores	2	2,1
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1	1,0
Não Responde	3	3,1
Quantas crianças (filhos) vivem no seu agregado familiar? (entre 0 e 18 anos)		
1-2 Crianças	64	66,7
3-4 Crianças	30	31,2
> 4 Crianças	2	2,1
Total	96	100,0

2.2. Instrumento

Neste estudo foram elaborados dois questionários de autorrelato, um para as crianças e os adolescentes e outro para respetivo(a) pai/mãe, com o intuito de avaliar os estilos parentais, as estratégias de mediação parental e os riscos em que as crianças e os adolescentes estão envolvidos aquando o uso da internet.

O questionário aplicado às crianças e adolescentes compreende quatro secções.

A primeira consiste nas características demográficas, onde é pedido aos participantes que indiquem a idade, o sexo, o ano de escolaridade, o número de irmãos, quantas pessoas vivem na mesma casa e as respetivas faixas etárias (Valcke et al., 2010).

A segunda envolve questões sobre os conhecimentos e utilização que as crianças fazem da internet, a frequência com que as utilizam, os locais (e.g., “Escola”), os aparelhos (e.g., “Telemóvel”), o nível de confiança relativamente ao uso da internet, (e.g., “nada confiante”) e quantas vezes as utilizam (e.g., “Semanalmente”). Relativamente ao uso das redes sociais (e.g., “Facebook”), é perguntado aos participantes o tipo de perfil que utilizam (e.g., “público, e todos podem ver”). Também lhes foi pedido para responder que tipo de informação têm visível no seu perfil (e.g., “o teu apelido”), através de respostas dicotómicas (sim/não) (Mascheroni & Ólafsson, 2014).

A terceira secção consiste na avaliação dos comportamentos de risco que as crianças e adolescentes evidenciam na sua utilização da internet, através de um conjunto de 35 itens (Livingstone & Helsper, 2011). Dos comportamentos apresentados, quatro itens são sobre novos contactos online e offline (e.g., “Fingir ser uma pessoa diferente na internet”); seis itens acerca do uso indevido de informação pessoal (e.g., “Dar informação acerca dos meus principais passatempos, interesses e rotinas diárias em conversas com desconhecidos”); três itens sobre a visualização de imagens (e.g., “Ver imagens ou vídeos de pessoas nuas”); oito itens acerca de mensagens sobre o sexo (e.g., “Receber mensagens sexuais pela internet”); oito

itens referem-se ao cyberbullying (e.g., *“Ser excluído ou deixado de fora de um grupo de amigos na internet”*) e, por último, seis itens relacionam-se com outros tipos de riscos (e.g., *“Visitar sites sobre formas de cometer suicídio”*). Os itens eram respondidos através de repostas dicotómicas (sim/não). Ainda na terceira secção, surgiram questões relacionadas com o envolvimento em situações de cyberbullying, nomeadamente a exposição a situações de risco enquanto vítima (e.g., *“Nos últimos 2 meses, alguma vez enviaram-te SMS ou e-mails com o objetivo de te ameaçarem”*), sobre os meios utilizados (e.g., *“jogos ou grupos online”*) e ainda itens sobre através de que meios a criança tinha sido provocada, insultada, excluída ou ameaçada. Estes itens eram avaliados numa escala de Likert de 1 (“Nunca”) a 5 (“Várias vezes por semana”), e sobre comportamentos de risco enquanto agressor (e.g., *“Nos últimos 2 meses, alguma vez ofendeste outra pessoa através da internet ou do telemóvel”*), através de que meios provocaste, insultaste, excluístes ou ameaçaste (e.g., *Salas de Chat*) também avaliados numa escala de Likert de 1 (“Nunca”) a 5 (“Várias vezes por semana”).

A última dimensão envolve os comportamentos utilizados para lidar com o cyberbullying (e.g., *“Apagas todas as mensagens da pessoa que enviou”*). Os participantes respondiam através de respostas dicotómicas (sim/não).

Relativamente ao questionário para os pais, a primeira parte compreende questões demográficas acerca dos participantes, como a sua idade, sexo, profissão, nacionalidade, naturalidade, escolaridade, o número do agregado familiar e as respetivas faixas etárias (Valcke et al., 2010).

A segunda parte corresponde a questões sobre a utilização que os pais fazem da internet, das redes sociais (e.g., *“Twitter”*), da frequência da sua utilização (e.g., *“Diariamente”*), dos locais (e.g., *“Local de trabalho”*), dos aparelhos (e.g., *“Tablet”*), do nível de confiança relativamente ao uso da internet (e.g., *“Muito confiante”*), quais as redes sociais utilizadas (e.g., *“Viber”*) (Mascheroni & Ólafsson, 2014).

A terceira parte compreende questões sobre os comportamentos dos pais face à utilização da internet pelos filhos, onde foi utilizada a escala de Internet Parenting Style Instrument (IPSI), (Valcke et al., 2010).

Por fim, a quarta secção corresponde às estratégias de mediação e controlo utilizadas pelos pais no que concerne à utilização da internet pelos filhos.

Relativamente à escala de Internet Parenting Style Instrument (IPSI), esta foi desenvolvida por Valcke e colaboradores, (2010), com o intuito de avaliar comportamentos e atitudes dos pais sobre a utilização da internet pelos seus filhos. Esta é composta por duas subescalas, nomeadamente: o controlo e o afeto parental, que compreende 25 itens, avaliados numa escala

de Likert de 1 (“Nunca”) a 5 (“Sempre”). O controlo parental integra 11 itens, divididos por três dimensões: supervisão, é composta por quatro itens (e.g., *“Eu estou por perto quando o meu/minha filho/a navega na internet”*), no que concerne à cessão do uso da internet, é composta por dois itens (e.g., *“Eu interrompo o meu filho/a quando ele/a visita um site menos adequado”*), e as regras de uso da internet, é composta por cinco itens (e.g., *“Eu limito o tempo que é permitido ao meu filho/a estar na Internet (por exemplo, apenas uma hora por dia)”*) ao passo que o afeto parental compreende 14 itens, divididos em duas partes, designadamente: comunicação, que integra 11 itens (e.g., *“Eu falo com o meu filho/a sobre as possibilidades da internet (procurar informações, jogos, entrar em contato com os amigos)”*), e por último, o suporte, composto por três itens (e.g., *“Eu mostro ao meu filho/a como navegar com segurança na internet”*).

No que respeita às qualidades psicométricas, esta escala reflete uma boa consistência interna, sendo que a subescala de controlo parental apresenta alfa de Cronbach de 0,78 e a subescala do afeto parental, o alfa de Cronbach é de 0,90. O presente estudo apresenta uma boa consistência interna, o alfa de Cronbach para o total de itens é de 0,94, para o afeto parental é de 0,91 e para o controlo parental é de 0,90.

Relativamente às questões referentes à mediação parental, foi aplicado um conjunto de estratégias (Duerager & Livingstone, 2012; EU Kids Online, 2014), sendo depois definidos cinco tipos de estratégias de mediação parental. Para cada tipo de estratégias, questionamos os participantes, com questões exemplificadas, onde deverão responder, utilizando uma escala de Likert 1 (“Nunca”) a 5 (“Sempre”).

A Mediação Ativa é composta por oito itens, sendo caracterizada pela presença dos pais aquando a utilização da internet pela criança ou adolescente, conversar sobre as atividades que têm desenvolvido online, (e.g., *“Incentiva o/a seu/sua filho/a a explorar e aprender coisas na internet por conta própria”*); a Mediação Ativa de Segurança é composta por 18 itens, sendo que neste tipo de mediação os pais orientam a criança ou adolescente relativamente como este deve proceder ao utilizar a internet de forma segura, proporcionando um momento de discussão, de forma a ajudar a criança em caso de dificuldades (e.g., *“Deu sugestões de como se comportar em relação a outras pessoas na internet”*); a Mediação Restritiva, composta por seis itens, consiste na imposição de regras restringido as atividades desenvolvidas online pela criança ou adolescente (e.g., *“Carregar fotos, vídeos ou música na internet para partilhar com os outros”*); a Monitorização é composta por quatro itens, sendo que, neste caso, os pais verificam o histórico de navegação após a utilização da internet pela criança ou adolescente (e.g., *“Às vezes verifica as mensagens no e-mail dele/a”*); a Mediação Técnica é composta por quatro

itens e consiste na utilização do software para filtrar, limitar, monitorizar o que a criança ou adolescente faz online (e.g., “*Utiliza um software para prevenir o lixo eletrónico ou vírus*”); por último, o Conhecimento e a utilização de determinadas ferramentas ou métodos, composta por 18 itens (e.g., “*Conhece ou já usou paginas da internet para obter informações sobre segurança na internet*”).

2.3. Procedimento

Para a realização do presente estudo, solicitámos a autorização num Colégio da Grande Lisboa. Após a autorização por parte da entidade, foram entregues 280 consentimentos informados para serem enviados aos pais para a sua participação e a dos seus filhos. Foram devolvidos 123 consentimentos, sendo que 20 deles os pais não autorizaram a participação dos filhos. Desta forma, consideramos um total de 103 participações.

Quando devolvidos os consentimentos informados, foi articulado com a diretora do colégio e com as coordenadoras do 1º e 2º ciclos de ensino como seria realizada a recolha de dados. Posteriormente, foi entregue a cada participante um envelope com o questionário a ser preenchido pelo pai ou mãe. O questionário foi aplicado somente às crianças e adolescentes que devolveram a autorização assinada pelos pais, às turmas do 3º ao 6º ano de escolaridade, em contexto de sala.

Relativamente aos questionários enviados para os pais, dos 103 questionários enviados para serem respondidos, somente 96 foram devolvidos à investigadora, tendo sido recorrido ao mesmo procedimento quanto à sua devolução.

Foram definidos à priori os critérios de inclusão dos participantes, somente as crianças do 3º ao 6º ano de escolaridade e os respetivos pais/mães podiam participar, sendo que, as crianças do 1º e 2º anos de escolaridade foram excluídas, pelo facto de apresentarem algumas limitações na compreensão e dificuldades no preenchimento do questionário.

A recolha de dados decorreu entre meados de abril até junho de 2017.

Para análise estatística, utilizamos o programa: *Statistical Packages for the Social Sciences* (SPSS, versão 23). Através deste foi possível fazer as análises descritivas, de consistência interna e ainda estabelecer relações entre as variáveis.

3. Resultados

Uso da internet – crianças/adolescentes e pais

De acordo com a análise dos resultados efetuada relativamente ao uso das redes sociais, no grupo das crianças verificou-se que quase todas usam internet (93,8%), a maioria usa diariamente (55,6%) ou semanalmente (31,1%). Todas usam internet em casa, havendo 22,2% que usam na escola e 26,7% em espaços públicos. O uso da internet é feito predominantemente no Telemóvel (81,1%) e no Tablet (74,4%). A maioria das crianças e adolescentes mostra confiança no uso da internet (62,2%). Relativamente ao uso das redes sociais, 79,2% usam-nas e 20,8% não faz uso das mesmas. Dos que usam as redes sociais, as mais referidas são Whatsapp (85,5%) e Instagram (50,0%) e, é feito na maioria dos casos diariamente (48,7%) ou semanalmente (31,6%).

No que toca ao grupo dos pais, todos usam a internet e quase todos o fazem diariamente (97,9%), o uso é feito em casa (99%), no trabalho (97,9%) e em espaços públicos (77,7%), usando vários aparelhos: Telemóvel (100%), CPU portátil (92,7%) e CPU secretária (80,2%). A maioria dos pais mostra confiança no uso da internet (52,1%), sendo que, as crianças sentem-se confiantes aquando o uso da internet comparativamente aos seus pais. Relativamente ao uso das redes sociais, todos os pais utilizam e a maioria fá-lo diariamente (87,5%), sendo o Whatsapp (93,8%) e o Facebook (91,7%) os eleitos pela maioria dos pais. No que toca aos locais de acesso, a casa é considerada o local de acesso para ambos e acedem através do telemóvel, curiosamente, no que diz respeito ao uso das redes sociais, as crianças usam o Instagram e o Whatsapp ao passo que os pais preferem mais o Whatsapp e o Facebook.

Tabela 3

Uso da internet – crianças/adolescentes e pais

Variáveis		Filhos (N = 96)	Pais (N= 96)
Usas a internet?	Sim	93,8% (90)	100% (96)
	Não	6,3% (6)	0% (0)
Se sim, quantas vezes?	Diariamente	55,6% (50)	97,9% (94)
	Semanalmente	31,1% (28)	2,1% (2)
	Mensalmente	8,9% (8)	0% (0)
	Menos que mensalmente	4,4% (4)	0% (0)
Locais onde usa a internet	Escola	22,2% (20)	0% (0)
	Casa	100% (90)	99% (95)
	Espaços públicos	26,7% (24)	77,7% (73)

	Outros locais	5,0% (5)	1% (1)
	Trabalho	0% (0)	97,9% (94)
	Telemóvel	81,1% (73)	100% (96)
	Tablet	74,4% (67)	77,1% (74)
Aparelhos onde usa a net	CPU portátil	41,1% (37)	92,7% (89)
	CPU secretária	28,9% (26)	80,2% (77)
	Outros	9% (9)	1% (1)
Sentes-te confiante/autónomo a usar a internet?	Muito Confiante	12,2% (11)	44,8% (43)
	Confiante	62,2% (56)	52,1% (50)
	Pouco Confiante	18,9% (17)	3,1% (3)
	Nada Confiante	6,7% (6)	0% (0)
Usas as redes sociais?	Sim	79,2% (76)	100% (96)
	Não	20,8% (20)	0% (0)
Quais?	Facebook	23,7% (19)	91,7% (88)
	Twiter	3,9% (3)	14,6% (14)
	Instagram	50,0% (38)	44,8% (43)
	Whatsapp	85,5% (65)	93,8% (90)
	Viber	5,3% (4)	17,9% (17)
	Linkedin	0% (0)	51,6% (49)
	Outros	22,4% (17)	2% (2)
Se sim, quantas vezes?	Diariamente	48,7% (37)	87,5% (84)
	Semanalmente	31,6% (24)	6,3% (6)
	Mensalmente	11,8% (9)	3,1% (3)
	Menos que mensalmente	7,9% (6)	3,1% (3)

A maioria das crianças e adolescentes tem o perfil privado (56,5%), 14,1% tem o perfil público, sem qualquer restrição de acesso, e 17,4% tem o perfil com permissão para que os amigos dos seus amigos possam ver. Os restantes não sabem (12%) ou não respondem (10,7%). A informação de perfil na maioria dos casos inclui o apelido (67,1%), alguns colocam o número de telefone (23,2%) e 24,4% uma idade que não é verdadeira ou a idade verdadeira (13,4%). Poucos alunos colocam no perfil a sua escola (7,3%) e morada (1,2%).

Tabela 4*O perfil e a informação disponível das crianças/adolescentes nas redes sociais (N=103)*

Variáveis		N	%
O teu perfil, nas redes sociais que usas, é...	Público, e todos podem ver	13	14,1
	Parcialmente privado, e os amigos dos teus amigos podem ver	16	17,4
	Privado, e apenas os teus amigos podem ver	52	56,5
	Não sabes	11	12,0
	Não Responde	11	10,7
Qual ou quais destas informações tens visível no teu perfil?	O teu apelido	55	67,1
	A tua morada	1	1,2
	Número de telefone	19	23,2
	A tua escola	6	7,3
	A tua idade verdadeira	11	13,4
	Uma idade que não é verdadeira	20	24,4

Riscos na internet

Com o intuito de verificar os comportamentos de risco evidenciados pelas crianças e adolescentes, recorreu-se a 35 comportamentos de risco identificados na literatura, tendo sido já supracitados. Foram divididos em seis categorias, a saber: visualização de imagens; contatos online/offline, sexting, cyberbullying, uso indevido de informação pessoal e comportamentos que evidenciam situações de perigo.

Face à avaliação da informação realizada, de acordo com os resultados obtidos as crianças evidenciaram poucos comportamentos de risco, ou seja, fornecem informação às pessoas conhecidas, quanto ao nível da visualização de imagens são referidos muito poucos comportamentos. Relativamente à informação pessoal, a maioria das crianças costumam enviar foto ou vídeo sobre si para amigos ou conhecidos (68%), poucos referem adicionar à lista de amigos, nas redes sociais, pessoas que não conhecem pessoalmente (7,8%), ou enviar uma foto ou um vídeo sobre si para alguém que nunca conheceram pessoalmente (4,9%) ou dar informações pessoais, pela internet, quando abordados por alguém que não conhecem. Ninguém referiu enviar uma foto ou vídeo sobre as partes privadas a alguém que não conhecem pessoalmente.

Quanto aos comportamentos online/offline, 17,5%; dos jovens revelaram procurar novos amigos na internet, alguns já fingiram ser uma pessoa diferente na internet (7,8%) e 3,9% já tiveram encontros com pessoas que conheceram na internet.

São referidos muito poucos comportamentos de sexting, os mais referidos foram: “Enviar uma foto ou um vídeo sobre as minhas partes privadas para amigos ou conhecidos” (3,9%) e “Receber imagens/vídeos pornográficos de amigos ou conhecidos” (2,9%).

Ao nível de situações de cyberbullying o comportamento mais referido foi ser excluído ou deixado de fora de um grupo de amigos na internet (7,8%), duas crianças referiram ter sido chantageadas pela internet, uma refere que foram divulgadas ou publicadas mensagens desagradáveis sobre si na internet.

Quanto a situações de perigo, duas crianças referiram ter consultado sites sobre forma de magoar-se fisicamente (1,9%), uma refere mesmo ter consultado site sobre formas de suicídio, três crianças referem que alguém usou informações sobre elas de uma forma desagradável (2,9%) e uma criança referiu que alguém se fez passar por si.

Tabela 5

Comportamentos de risco evidenciados pelas crianças e adolescentes (N = 103)

Variáveis	% (N)
Informação Pessoal	Adicionar à minha lista de amigos, nas redes sociais, pessoas que não conheço pessoalmente
	7,8% (8)
	Dar informações pessoais, pela internet, quando sou abordado por alguém que não conheço
	1,9% (2)
	Dar informação acerca dos meus principais passatempos, interesses e rotinas diárias em conversas com desconhecidos
	2,9% (3)
	Enviar uma foto ou um vídeo sobre mim para alguém que eu nunca conheci pessoalmente
Online/offline	4,9% (5)
	Enviar uma foto ou um vídeo sobre mim para amigos ou conhecidos
	68% (70)
	Enviar uma foto ou vídeo sobre as minhas partes privada a alguém que eu nunca conheci pessoalmente
	0% (0)
Online/offline	Procurar novos amigos na internet
	17,5% (18)
	Fingir ser uma pessoa diferente na internet
	7,8% (8)
Sexting	Marcar encontros, pela internet e/ou telemóvel, com alguém que não conhecia pessoalmente
	0% (0)
	Ter encontros com pessoas que conheci pela internet
	3,9% (4)
	Enviar uma foto ou um vídeo sobre as minhas partes privadas para amigos ou conhecidos
	3,9% (4)
	Enviar mensagens sexuais na internet
	1,0% (1)
	Receber mensagens sexuais pela internet
	1,0% (1)
	Já me pediram, pela internet, fotos ou vídeos das minhas partes privadas
	1,9% (2)
	Já me pediram, pela internet, para falar sobre atos sexuais com alguém
	1,0% (1)
	Visitar um site pornográfico
	1,0% (1)
	Receber imagens/vídeos pornográficos de amigos ou conhecidos
	2,9% (3)
	Receber imagens/vídeos pornográficos de alguém que conhecesse pela internet
	0% (0)

Visualização de Imagens	Visitar um site com imagens violentas e desagradáveis	1,9% (2)
	Ver imagens ou vídeos de pessoas nuas	1,0% (1)
	Ver imagens ou vídeos de pessoas a fazer sexo	1,0% (1)
Cyberbullying	Ser alvo de agressividade por parte de outra pessoa na internet	0% (0)
	Foram divulgadas ou publicadas mensagens desagradáveis sobre mim na internet	1,0% (1)
	Foram publicados vídeos desagradáveis sobre mim na internet	0% (0)
	Ser ameaçado pela internet	0% (0)
	Ser chantageado pela internet	1,9% (2)
	Ser excluído ou deixado de fora de um grupo de amigos na internet	7,8% (8)
	Ser agressivo ou agir de forma a magoar outra pessoa pela internet	1,0% (1)
	Enviar ou publicar imagens, mensagens ou vídeos desagradáveis sobre outra pessoa	1,0% (1)
Perigo	Alguém usar a minha senha de acesso ao meu perfil e fazer-se passar por mim	1,0% (1)
	Alguém usou informações sobre mim de uma forma que não gostei	2,9% (3)
	Visitar sites sobre mensagens desagradáveis ou de ódio dirigidas a um grupo de pessoas	1,0% (1)
	Visitar sites sobre formas de cometer suicídio	1,0% (1)
	Visitar sites sobre partilha de experiência sobre consumo de drogas	0% (0)
	Sites sobre forma de magoar-se fisicamente	1,9% (2)

A maioria das crianças evidenciou pelo menos um comportamento de risco ou passaram pelo menos por uma situação ao nível da informação pessoal nas redes sociais (69,9%), alguns revelam pelo menos um comportamento de risco ao nível das atividades online/offline (25,2%). Situações de sexting foram reportados por 7,8% das crianças desta amostra, enquanto que 9,7% relataram situações de cyberbullying. Relativamente a situações de risco, pelo menos uma das referidas no questionário, foram assinaladas por 5,8% dos participantes.

Ainda no que toca aos riscos, os participantes foram questionados sobre as possíveis situações de cyberbullying que possam ter experienciados nos últimos dois meses, segundo os resultados obtidos as situações que mais se destacam foram no sentido de terem sido ofendidos através da internet ou do telemóvel (11,7%), seguida da exclusão de um jogo ou de um grupo online (7,8%), a partilha com outras pessoas na internet informação íntima sobre si que te deixasse embaraçado (4,9%), alguém ter enviado ou postado mentiras online sobre si (4,9%) e o meio mais referido relativamente à provocação ou insulto sofrido tendo sido feito através do telemóvel (11,7%), seguido de jogos ou grupos online (4,9%).

Os participantes foram também questionados sobre situações de cyberbullying enquanto agressor, sendo que os comportamentos mais referidos foram a ofensa de outra pessoa através da internet ou do telemóvel (4,9%) e a exclusão de alguém de um jogo ou de um grupo online (4,9%).

Tabela 6*Comportamentos de risco evidenciados pelas crianças/adolescentes na internet*

Já exibiram um ou mais comportamentos de risco ou passaram pelo menos por uma das situações:	
Comportamentos de risco visualização de imagens	1,9% (2)
Comportamentos de risco contacto online/offline	25,2% (26)
Comportamentos de risco sexting	7,8% (8)
Situações de cyberbullying	9,7% (10)
Comportamentos de risco informação pessoal	69,8% (67)
Comportamentos de risco situações de perigo	5,8% (6)

Foi realizado o teste Qui-Quadrado e Fisher, onde foram usados para comparar duas amostras independentes em variáveis com escala nominal dicotómica, permitindo averiguar a existência de diferenças significativas entre as percentagens. Um dos requisitos do Qui-Quadrado prende-se com o facto de não poder haver mais de 20% de células com frequências esperadas inferiores a 5 e, quando isso acontece usa-se o teste Fisher como alternativa. Os resultados revelaram diferenças significativas entre as crianças de 8-10 anos e as crianças com 11-12 anos nos comportamentos de risco ao nível de informação pessoal ($X^2=8,812$; $p=0,004$) e comportamentos de risco de sexting ($X^2=5,410$; $p=0,049$), sendo estes comportamentos de risco mais frequentes nas crianças com 11-12 anos (sexting – 15,8% e informação pessoal – 86,8%).

Tabela 7*Comparação entre crianças com 8-10 anos e crianças com 11-12 anos nos comportamentos na internet (Qui-Quadrado/Fisher)*

Já exibiram pelo menos um comportamento de risco ou passaram pelo menos por uma situação	Idade		Qui-Quadrado/Fisher
	8-10 anos (N=65)	11-12 anos (N=38)	
Comportamentos de risco visualização de imagens	1,5% (1) $R_{aj}=-0,4$	2,6% (1) $R_{aj}=0,4$	$X^2=0,150$; Fisher $p = 1,00$
Comportamentos de risco contacto online/offline	20,0% (13) $R_{aj}=-1,6$	34,2%(13) $R_{aj}=1,6$	$X^2=2,566$; Qui-Quadrado $p = 0,109$;
Comportamentos de risco sexting	3,1% (2) $R_{aj}=-2,3$	15,8% (6) $R_{aj}=2,3$	$X^2=5,410$; Fisher $p = 0,049^*$
Situações de cyberbullying	7,7% (5) $R_{aj}=-0,9$	13,2% (5) $R_{aj}=0,9$	$X^2=0,817$; Fisher $p = 0,493$
Comportamentos de risco informação pessoal	60% (39) $R_{aj}=-2,9$	86,8% (33) $R_{aj}=2,9$	$X^2=8,212$; Qui-Quadrado $p = 0,004^{**}$
Comportamentos de risco situações de perigo	4,6% (3) $R_{aj}=-0,7$	7,9% (3) $R_{aj}=0,7$	$X^2=0,470$; Fisher $p = 0,667$

No que toca às situações desagradáveis que as crianças possam ter experienciado, a maioria, afirma falar com os pais ou outros adultos sobre o problema (55,3%), algumas constataam que bloqueiam a pessoa (49,5%), apagam todas as mensagens que a pessoa enviou (42,7%), denunciam o problema (34%), afirma que falam com os amigos sobre o problema (32%) e deixam de usar internet durante algum tempo (29,1%).

Tabela 8

Comportamentos após situação desagradável

O que fazes quando alguém diz ou faz algo desagradável ou que te magoa?	% (N)
Falas com os teus pais ou outros adultos de confiança sobre o problema	55,3% (57)
Bloqueias essa pessoa	49,5% (51)
Apagas todas as mensagens da pessoa que enviou	42,7% (44)
Denuncias o problema	34,0% (35)
Falas com amigos sobre o problema	32,0% (33)
Deixas de usar a internet por algum tempo	29,1% (30)

Os estilos parentais na internet

De acordo com os resultados de estatística descritiva, os pais revelam um bom controlo parental ($M = 3,87$) e afeto parental ($M = 4,00$). Foi-se de seguida dicotomizar estas duas variáveis tendo por base a mediana de cada escala, no sentido de classificar os pais em mais baixo e mais alto controlo e afeto parental. O cruzamento destas duas variáveis dicotomizadas permite obter 4 estilos parentais.

Tabela 9

Estatística descritiva: Controlo e afeto parental

Variáveis	N	Min	Max	M	DP	Med
Controlo parental	95	1,50	4,91	3,87	0,79	4,00
Afeto parental	95	1,71	5,00	4,00	0,56	4,29

Dado haver poucos pais com o estilo autoritário ($N = 7$; 7,3%) e o estilo indulgente ($N = 10$; 10,4%), nas análises que foram feitas os estilos parentais só serão considerados os estilos autoritativo ($N = 37$; 38,5%) e o negligente ($N = 41$; 42,7%), sendo que nesta amostra destacam-se mais os pais com o estilo negligente (42,7%) e o estilo autoritativo (38,5%).

Tabela 10*Análises de frequências dos estilos parentais*

Estilos Parentais	N	%
Autoritativo	37	38,5
Autoritário	7	7,3
Negligente	41	42,7
Indulgente	10	10,4
Não Respondeu ao questionário	1	1,0
Total	96	100,0

Depois de ter sido utilizada a estatística descritiva, relativamente, ao controlo e o afeto parental, efetuou-se de seguida o cruzamento das mesmas variáveis que, permite obter os quatro estilos parentais, nomeadamente, o estilo autoritativo pressupõe o cruzamento entre o controlo e o afeto parental mais altos; o estilo negligente compreende o cruzamento entre o controlo e o afeto parental mais baixos; enquanto que o estilo autoritário surge através do cruzamento entre o controlo parental mais alto e o afeto parental mais baixo e por último, o estilo indulgente que surge através do cruzamento do controlo parental mais baixo e o afeto parental mais alto.

Nesta amostra os estilos predominantes são o estilo autoritativo (afeto e controlo parental mais elevados, (38,9%) e o estilo negligente (um controlo e afeto parental mais baixos, 43,2%), menos frequente é o estilo indulgente (controlo mais baixo e afeto mais elevado, 10,5%) e o autoritário (controlo mais alto e afeto mais baixo 7,4%).

Tabela 11*Cruzamento entre o controlo e o afeto parental*

			Afeto parental		
			Afeto parental mais baixo	Afeto parental mais alto	Total
Controlo parental	Controlo parental mais baixo	N	41	10	51
		%	43,2%	10,5%	53,7%
	Controlo parental mais alto	N	7	37	44
		%	7,4%	38,9%	46,3%
Total		N	49	46	95
		%	51,6%	48,4%	100,0%

Tendo em consideração as perspetivas de diversos autores sobre os estilos parentais e as estratégias de mediação parental no uso da internet, particularmente nas crianças e nos adolescentes, procuramos analisar neste estudo se estas variáveis influenciam o envolvimento das crianças e adolescentes em contexto de cyberbullying, bem como estudar de que modo os estilos parentais e as estratégias de mediação parental são percebidos pelas crianças e adolescentes durante a interação com os pais, aquando o uso da internet. Para o efeito, foram realizados testes inferências, nomeadamente, o teste de Qui-Quadrado e Fisher, o teste Binomial entre as variáveis em estudo.

Procedeu-se a análise do Qui-Quadrado para comparar o estilo autoritativo vs negligente nos comportamentos de risco evidenciados pelas crianças e adolescentes, sendo que não existem diferenças significativas entre os dois estilos parentais na prevalência de comportamentos de risco evidenciados em crianças e adolescentes. Embora no estilo negligente haja mais casos de comportamento de risco de contacto online/offline (autoritativo = 18,9%, negligente = 29,3%), de comportamentos de risco ao nível da informação pessoal (autoritativo = 67,6%, negligente = 70,7%), e situações de cyberbullying (autoritativo = 5,4%, negligente = 12,2%), essas diferenças não são estatisticamente significativas.

Tabela 12

Comparação estilo negligente vs autoritativo nos comportamentos na internet evidenciados pelas crianças/adolescentes (Teste Qui-Quadrado/Fisher)

Já exibiram pelo menos um comportamento de risco ou passaram pelo menos por uma situação	Autoritativo (N=37)	Negligente (N=41)	Qui-Quadrado/Fisher
Comportamentos de Risco visualização de Imagens	2,7%(1)	2,4% (1)	Fisher p = 1,00
Comportamentos de Risco Contacto Online/Offline	18,9% (7)	29,3% (12)	Qui-Quadrado p=0,29
Situações de cyberbullying	5,4% (2)	12,2% (5)	Fisher p = 0,436
Comportamentos de Risco Sexting	8,1% (3)	7,3% (3)	Fisher p = 0,14
Comportamentos de Risco Informação Pessoal	67,6% (25)	70,7% (29)	Qui-Quadrado p = 0,76
Comportamentos de Risco situações de Perigo	2,7% (1)	9,8% (4)	Fisher p = 0,36

De seguida o usou-se o teste Binomial para averiguar se cada estilo parental é usado de forma diferente em função da idade das crianças e adolescentes. De acordo com os resultados obtidos verifica-se que o estilo autoritativo é o mais usado nas crianças mais novas (8-10 anos) do que nas crianças mais velhas (11-12 anos), mostrando o teste binomial uma diferença significativa entre as duas proporções ($p = 0,008$). Relativamente ao estilo negligente não há uma diferença significativa no uso desta estratégia em função da idade dos filhos ($p = 0,755$).

Tabela 13

Comparação proporção das idades 8-10 anos vs 11-12 anos dentro de cada estilo parental (Teste Binomial)

			Idade filhos		Teste Binomial
			8-10 anos	11-12 anos	
Estilos parentais	Autoritativo	N	27	10	p = 0,008**
		%	73,0%	27,0%	
	Negligente	N	22	19	p = 0,755
		%	53,7%	46,3%	

***significativo para $p \leq 0,01$*

De seguida efetuou-se o Qui-quadrado com o intuito de comparar se os pais que exercem o estilo autoritativo vs negligente, se as crianças e adolescentes sofreram alguma situação de cyberbullying, enquanto vítima. Conclui-se que, nos pais com estilo negligente existem uma percentagem mais elevada de crianças que já foram vítimas de bullying (24,4%) do que no estilo autoritativo (10,8%), o Qui-quadrado não revelou, contudo, a existência de uma diferença significativa, embora o valor esteja próximo do limiar da significância ($p=0,119$).

Tabela 14

Comparação estilo autoritativo vs negligente no cyberbullying sofrido (Qui-Quadrado)

			Cyberbullying vítima		Qui-Quadrado
			Não	Sim	
Estilos parentais	Autoritativo (N=37)	N	33	4	$X^2 = 2,435$ $p = 0,119$
		%	89,2%	10,8%	
	Negligente (N=41)	N	31	10	
		%	75,6%	24,4%	

Verifica-se também que existe uma percentagem mais elevada de crianças que já praticaram cyberbullying (14,6%) no estilo negligente comparativamente ao estilo autoritativo (2,8%), o teste de Fisher não revelou a existência de qualquer diferença significativa, embora o valor esteja próximo do limiar da significância.

Tabela 15*Comparação estilo autoritativo vs negligente no cyberbullying praticado (Qui-Quadrado)*

			Cyberbullying vítima		Fisher
			Não	Sim	
Estilos parentais	Autoritativo (N=37)	N	35	2	p = 0,113
		%	97,2%	2,8%	
	Negligente (N=41)	N	35	6	
		%	85,4%	14,6%	

No uso do estilo autoritativo não há diferenças significativas em função do sexo dos pais, no estilo negligente existe uma diferença significativa nas proporções do sexo feminino vs masculino, sendo mais as mulheres desta amostra que usam este estilo (73,2%) do que os homens (26,8%). Não existindo também diferenças significativas entre os estilos parentais, o uso da internet e das redes sociais por parte das crianças e adolescentes, em ambos os estilos parentais, visto que a maioria das crianças usa a internet e as redes sociais.

Nesta amostra 16,5% das crianças já sofreram situações de cyberbullying e 7,8% já praticaram atos de cyberbullying. Neste sentido, existe uma percentagem mais elevada de crianças que já foram vítimas de cyberbullying (24,4%) no estilo negligente do que no estilo autoritativo (10,8%), o Qui-quadrado não revelou, contudo, a existência de uma diferença significativa, embora o valor esteja no limiar da significância ($X^2=2,435$, $p=0,119$) e, no mesmo estilo negligente existe uma percentagem elevada de crianças que já praticaram cyberbullying (14,6%) comparativamente ao estilo autoritativo (2,8%), embora o valor também esteja no limiar da significância ($p=0,113$).

Estratégias de mediação parental na internet

Relativamente às estratégias de mediação parental, a análise efetuada em função à informação recolhida e, de uma forma geral, indica que, a mediação de segurança ativa é a mais usada por estes.

Calculou-se o valor médio para cada dimensão da escala de mediação parental, somando o número de itens e dividindo pelo número de itens de cada dimensão, obtendo-se assim scores a oscilar entre 1 e 5. Como foi mencionado anteriormente, a estratégia de mediação parental mais usada neste estudo é a mediação ativa de segurança ($N=95$, $M=4,27$, $DP=0,60$). Os pais também usam moderadamente a mediação ativa ($N=94$, $M=3,79$, $DP=0,71$), a monitorização ($N=94$,

$M=3,73$, $DP=1,11$) e mediação técnica ($N=95$, $M=3,71$, $DP=1,41$), usando menos a mediação restritiva dimensão com a média mais baixa 2,70 ($N=95$, $M=2,70$, $DP=0,96$).

Tabela 16
Estatística descritiva estratégia de mediação parental

	<i>N</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Mediação ativa de segurança	95	1,94	5,00	4,27	,60
Mediação ativa	94	1,25	5,00	3,79	,71
Monitorização	94	1,00	5,00	3,73	1,11
Mediação técnica	95	1,00	5,00	3,71	1,41
Mediação restritiva	95	1,17	5,00	2,70	,96

Efetuuou-se o Qui-quadrado entre a mediação ativa e o cyberbullying sofrido por crianças e adolescentes. Existe uma diferença significativa entre os pais que usam menos estratégias de mediação ativa e os que usam mais essa estratégia na prevalência de situações de cyberbullying nos filhos. Nos pais que usam menos esta estratégia existem uma maior prevalência de cyberbullying (26%), enquanto que nos pais que usam mais estas estratégias de prevalência, é de apenas 9,1%.

Tabela 17

Mediação ativa pais vs. cyberbullying sofrido pelas crianças e adolescentes (Qui-Quadrado)

			Cyberbullying		Qui-Quadrado
			Não	Sim	
Mediação ativa	Usam menos mediação ativa	N	37	13	X ² = 4,517 p = 0,034*
		%	74,0%	26,0%	
	usam mais mediação ativa	N	1	4	
		%	90,9%	9,1%	
Total		N	9	85	
		%	9,6%	90,4%	

*Significativo para $p \leq 0,05$

Efetuuou-se também o Qui-quadrado entre a mediação restritiva e cyberbullying sofrido. Existe uma diferença significativa entre os pais que usam menos estratégias de mediação restritiva e os que usam mais essa estratégia na prevalência de situações de cyberbullying nos filhos, nos pais que usam menos esta estratégia há menos situações de cyberbullying (6,8%), enquanto que nos pais que usam mais estas estratégias 31,8% dos filhos sofreram este tipo de situações.

Tabela 18*Mediação restritiva pais vs cyberbullying sofrido pelos filhos (Qui-Quadrado)*

			Cyberbullying		Qui-Quadrado
			Não	Sim	
Mediação restritiva	Usam menos mediação restritiva	N	41	3	$X^2 = 8,822$ $p = 0,003^{**}$
		%	93,2%	6,8%	
	Usam mais mediação restritiva	N	30	14	
		%	68,2%	31,8%	

**Significativo para $p \leq 0,01$

Nesta situação, usou-se o *t de student* no sentido de comparar dois grupos em variáveis dependentes com escala quantitativa. Este tem como requisito a existência de normalidade nos grupos em comparação ou pelos menos não haja desvios severos. Assim sendo, existe uma diferença significativa entre crianças que já foram vítimas de cyberbullying e as que não foram na estratégia de mediação ativa: no grupo de crianças que não têm comportamentos de risco de cyberbullying os pais usam mais mediação ativa ($N=77$, $M = 3,87$; $DP=0,64$) do que no grupo que já foi vítima de cyberbullying ($N=17$, $M = 3,43$; $DP=0,89$). Existe ainda uma diferença significativa na estratégia mediação restritiva, sendo esta mais usada pelos pais das crianças que já foram vítimas de cyberbullying ($N=17$, $M = 3,29$; $DP=0,73$) do que pelos pais das crianças que nunca passaram por esse tipo de situação ($N=78$, $M= 2,57$; $DP=0,95$).

Tabela 19*Comparação das crianças e adolescentes que foram vítimas de situações de cyberbullying com as que não foram nas estratégias de mediação usadas pelos pais (t de student amostras independentes)*

	Vítima de Cyberbullying	N	M	DP	t de student
Mediação ativa	Não	77	3,87	,64	$t = 2,353$
	Sim	17	3,43	,89	$p = 0,021^*$
Mediação restritiva	Não	78	2,57	,95	$t = -2,291$
	Sim	17	3,29	,73	$p = 0,004^{**}$
Mediação ativa de segurança	Não	78	4,28	,59	$t = 0,027$
	Sim	17	4,27	,66	$p = 0,978$
Mediação técnica	Não	78	3,82	1,37	$t = 1,628$
	Sim	17	3,21	1,52	$p = 0,107$
Monitorização	Não	77	3,71	1,12	$t = -0,443$
	Sim	17	3,84	1,09	$p = 0,666$

Usou-se também o *t* de student para comparar o estilo autoritativo vs negligente com as estratégias de mediação parental, verificou-se que o estilo autoritativo usa mais os estilos de mediação ativa ($M=4,37$; $DP=0,45$), mediação ativa de segurança ($M=4,56$; $DP=0,19$), mediação técnica ($M=4,57$; $DP=0,91$) e monitorização ($M=4,5$; $DP=0,55$) do que o estilo negligente, este último estilo usa mais a mediação restritiva ($M=3,19$; $DP=0,95$).

Tabela 20

Comparação entre o estilo autoritativo e negligente nas estratégias de mediação parental (t de student para amostras independentes)

	Estilos parentais	N	M	DP	t de student
Mediação ativa	Autoritativo	37	4,3716	,45020	t = 10,130
	Negligente	40	3,2463	,51871	p = 0,000***
Mediação restritiva	Autoritativo	37	2,1649	,79822	t = -5,159
	Negligente	41	3,1927	,94500	p = 0,000***
Mediação ativa de segurança	Autoritativo	37	4,5638	,19123	t = 5,123
	Negligente	41	3,9382	,71977	p = 0,000***
Mediação técnica	Autoritativo	37	4,5743	,90880	t = 5,875
	Negligente	41	3,0569	1,34918	p = 0,000***
Monitorização	Autoritativo	36	4,500	,5445	t = 6,801
	Negligente	41	3,258	1,0146	p = 0,000***

(escala 1 a 4)

Efetuuou-se uma análise de frequência para verificar as ferramentas mais usadas pelos pais, sendo que os programas antivírus (86,5%), uso de palavra-passe para bloquear ecrã ou imagens (81,3%), uso de palavra-passe para bloquear transferências (uploads/downloads) (74%), filtros no navegador (67,5%) e pesquisa das páginas da internet visitadas (62,5%) são os mais usados pelos pais. Sendo que a maioria dos pais tem conhecimento da existência das ferramentas e demonstram o uso ligeiramente significativo das mesmas comparativamente às outras respostas, tendo sido respondidas na escala tipo Likert (1 Não conheço e 4 Conheço e já usei).

Tabela 21*Ferramentas usadas pelos pais*

Ferramentas	1-Não Conheço	2-Conheço mas não sei como usar	3-Sei como usar mas nunca usei	4-Conheço e já usei	Não responde
Filtros no navegador	8,3% (8)	10,4% (10)	12,5% (12)	67,7% (65)	1% (1)
Filtros em motores de pesquisa	10,4% (10)	11,5% (11)	24% (23)	53,1% (51)	1% (1)
Filtros no uso das redes sociais	9,4% (9)	16,7% (16)	38,5% (37)	33,3% (32)	2,1% (2)
Filtros nos programas antivírus para bloquearem páginas	5,2% (5)	16,7% (16)	38,5% (37)	36,5% (35)	3,1% (3)
Filtros no sistema operativo para bloquear, limitar ou informar sobre o acesso a determinadas páginas	9,4% (9)	21,9% (21)	33,3% (32)	32,3%(31)	3,1% (3)
Usos e características de diferentes níveis de privacidade nas redes sociais	8,3% (8)	10,4% (10)	39,6% (38)	37,5% (36)	4,2% (4)
Controlo dos horários de uso da internet	16,7% (16)	10,4% (10)	44,8% (43)	26% (25)	2,1% (2)
Páginas da internet para obter informações sobre segurança na internet	9,4% (9)	12,5% (12)	34,4% (33)	41,7% (40)	2,1% (2)
Pesquisa das páginas da internet visitadas	5,2% (5)	7,3% (7)	22,9% (22)	62,5% (60)	2,1% (2)
Onde verificar se um site é seguro	9,4% (9)	7,3% (7)	24,0% (23)	55,2% (53)	4,2% (4)
Proibir o uso da internet em locais com portas fechadas	24% (23)	10,4% (10)	27,1% (26)	33,3% (32)	5,2% (5)
Certificados de páginas seguras	14,6% (14)	6,3% (6)	22,9% (22)	53,1% (51)	3,1% (3)
Bloquear sites e aplicações para telemóveis	11,5% (11)	8,3% (8)	20,8% (20)	55,2% (53)	4,2% (4)
Programas antivírus	2,1% (2)	2,1% (2)	5,2% (5)	86,5% (83)	4,2% (4)
Verificar autorizações quando instala uma aplicação, jogo ou programa	6,3% (6)	5,2% (5)	17,7% (17)	66,7% (64)	4,2% (4)
Controlo/limite do uso da câmara/webcam	10,4% (10)	5,2% (5)	24,0% (23)	54,2% (52)	6,2% (6)
Uso de palavra-passe para bloquear ecrã ou imagens	5,2% (5)	1,0% (1)	7,3% (7)	81,3% (78)	5,2% (5)
Uso de palavra-passe para bloquear transferências (uploads/downloads)	7,3% (7)	6,3% (6)	8,3% (8)	74,0% (71)	4,2% (4)

4. Discussão e conclusões

Este estudo teve como objetivo analisar a influência dos estilos parentais e das estratégias de mediação parental no uso da internet no envolvimento em cyberbullying nas crianças e adolescentes.

Tendo em consideração os resultados obtidos no presente estudo, verifica-se uma taxa de utilização de internet bastante elevada entre as crianças e os adolescentes entre os 8 e aos 12 anos de idade, seria esperado uma menor utilização de internet por parte das crianças com idades compreendidas entre os 8-10 anos comparativamente aos adolescentes entre os 11-12 anos de idade, mas tal diferença não revelou ser estatisticamente significativa. Seria, então, expectável que as crianças entre os 11-12 anos de idade tivessem uma pontuação acentuada no que toca à utilização da internet. Neste sentido, estes resultados vão de encontro com os resultados de Valcke e colaboradores (2010), sendo que as crianças mais novas revelam uma taxa elevada de utilização de internet comparativamente às crianças mais velhas. Verificou-se também que as crianças mais novas utilizam a internet diariamente do que as mais velhas. Contudo, estes resultados corroboram com os resultados de Livingstone e colaboradores (2011), onde reportam que as crianças entre os nove e os 16 anos utilizam internet diariamente, pelo menos mensalmente, neste estudo, a maioria das crianças mais novas usa a internet semanalmente comparativamente com as mais velhas, que usam menos.

No que toca ao nível de confiança digital, as crianças evidenciam uma maior confiança digital comparativamente aos seus pais. Estes resultados vão de encontro com os resultados de Livingstone (2007), que apresentam uma discrepância significativa entre ambos, sendo que as crianças se sentem confiantes do que os seus pais. Os resultados do presente do estudo, no que diz respeito à confiança digital, podem ter sido influenciados pela existência de uma outra categoria nas respostas, ou seja, os participantes tiveram de responder a uma outra categoria, onde era questionado se se sentem muito confiantes a usar a internet, sendo que as crianças não se sentem muito confiantes em comparação com os seus pais. Era expectável que as crianças mais novas, entre os 8 e os 10 anos de idade, evidenciassem menor confiança digital, neste sentido, estes resultados corroboram os resultados apresentados por EU Kids (2014), onde as crianças e os adolescentes afirmam ter mais conhecimentos acerca da internet comparativamente aos pais, sendo que, os pais consideram os seus filhos como “gurus” na utilização de internet (Kiesler, Lundmark, Zdaniuk & Kraut, 2000).

No que concerne aos pais, os resultados evidenciam uma relação significativa entre o uso da internet, escolaridade, idade e profissão. Segundo a CPP (2010), os pais inquiridos para o

presente estudo, enquadram-se no nível especialistas das profissões intelectuais e científicas, que corresponde à licenciatura ou níveis mais elevados de escolaridade.

No que toca ao local de acesso à internet, quer para as crianças, adolescentes, como para os seus pais, a casa é considerada como o principal local para aceder à internet, sendo que estes resultados vão de encontro com o relatório de Haddon, Livingstone, Mascheroni, e Ólafsson, (2014), que também revelam o aumento de utilização da internet a partir de casa e, de seguida, os espaços públicos, que são considerados pelas crianças, adolescentes e pelos pais como o segundo local em que mais acedem à internet. Quanto aos aparelhos de acesso à internet, o telemóvel é considerado por ambos como sendo o mais utilizado para o efeito, embora a literatura considere o predomínio do computador portátil. No entanto, tal não se verificou neste estudo, tornando claro o predomínio do uso do telemóvel, apesar de a literatura realçar que, em contextos socioeconómicos menos favorecidos existe uma escassez relativamente ao acesso a equipamentos informáticos, exceto o telemóvel (Haddon et al., 2014), o que não é o caso destes participantes, que dispõem de estatuto socioeconómico elevado.

Relativamente ao nível de comportamentos de risco evidenciado pelas crianças e os adolescentes, este revelou ser relativamente baixo, o que corrobora os resultados do projeto Net Children Go Mobile (Simões et al., 2014), que realçam a existência de poucos comportamentos de risco nas crianças portuguesas. No presente estudo, verifica-se uma maior incidência de comportamentos de risco nas crianças com idades compreendidas entre os 11-12 anos ao nível de informação pessoal e de sexting, sendo justificados pelos resultados de Haddon e colaboradores (2014), ou seja, os adolescentes são os que mais evidenciam comportamentos de risco em relação as crianças, não existem diferenças significativas no que toca aos comportamentos de risco evidenciados pelas crianças e pelos adolescentes na internet em função do sexo. No que concerne a situações em que as crianças foram vítimas de cyberbullying, foram frequentes situações de terem sido ofendidas através da internet ou do telemóvel e, de seguida situações de terem sido excluídas de um jogo ou de um grupo online e, nas situações em que as crianças desempenham o papel de agressor, poucas crianças referiram terem sido provocadas, insultadas ou excluir outras crianças, sendo estes os comportamentos referidos neste estudo, ofenderam outra pessoa através da internet ou do telemóvel e referem terem excluído alguém de um jogo ou de um grupo online, para ambas situações verificam-se os mesmos comportamentos de risco, é de salientar que estes comportamentos supracitados são evidenciados pelos adolescentes com idades compreendidas entre os 11-12 anos.

No que concerne à influência dos estilos parentais na utilização da internet, verifica-se uma percentagem acentuada de crianças e adolescentes na utilização da mesma, independentemente

do tipo de estilo parental praticado pelos pais. O presente estudo, não revelou diferenças significativas entre o uso da internet, o uso das redes sociais nos diferentes estilos parentais. Em ambos os estilos parentais a maioria usa a internet. Verifica-se ainda uma menor utilização da internet de crianças em contextos em que os pais exercem o estilo autoritativo, em relação ao estilo negligente, mas tal diferença não é estatisticamente significativa. Neste sentido, estes resultados contrastam com os resultados de Valcke e colaboradores (2010), em que as crianças cujos pais exercem o estilo permissivo evidenciam uma maior utilização de internet.

Na perspectiva de verificar se existe uma relação entre os estilos parentais, nomeadamente, o estilo autoritativo e o estilo negligente, com a idade das crianças e adolescentes, verificou-se que os pais que exercem o estilo autoritativo interagem desta forma com crianças mais novas do que com crianças mais velhas, sendo esta diferença estatisticamente significativa. Estes resultados corroboram com os de Valcke e colaboradores (2010), onde o afeto e o controlo parental são usados para as crianças mais novas, ao passo que o estilo negligente é mais adotado face a crianças mais novas, comparativamente com crianças mais velhas. Ainda assim, esta diferença não revelou ser estatisticamente significativa.

Não existem diferenças significativas entre o estilo autoritativo e o estilo negligente em função do sexo das crianças e dos adolescentes. De acordo com os resultados encontrado nas pesquisas de Valcke e colaboradores (2010), foi reportada uma elevada experiência relativamente ao uso de internet, que pode resultar num maior afeto e controlo parental. Estes resultados vão também ao encontro dos resultados obtidos no Eurobarometer (2008).

Em relação aos estilos parentais era expectável que em contextos em que os pais exercem o estilo autoritativo, as crianças reportassem menor envolvimento em cyberbullying. Tal hipótese contrasta com os resultados obtidos por Leung e Lee (2012), uma vez que os autores afirmam que os estilos parentais influenciam os comportamentos das crianças na minimização de comportamentos de riscos na internet. No presente estudo, os estilos parentais parecem não influenciar os comportamentos das crianças e adolescentes, sendo que estes resultados corroboram com os que foram obtidos por Lau e Yuen (2013).

Relativamente às estratégias de mediação parental e os estilos parentais, verifica-se uma relação positiva entre ambos. No presente estudo, os pais autoritativos revelam usar predominantemente os estilos de mediação ativa, mediação ativa de segurança, mediação técnica e monitorização e com menor frequência o estilo negligente. O estilo negligente revela usar mais a mediação restritiva.

Os resultados revelam que existem diferenças significativas entre crianças que foram vítimas de cyberbullying e as que não foram dentro da estratégia de mediação ativa. No que

toca a estratégia de mediação restritiva, esta estratégia minimiza os riscos, os prejuízos online e limita oportunidades online (Duerager & Livingstone, 2012), sendo esta mais usada pelos pais das crianças e dos adolescentes que já foram vítimas de cyberbullying do que pelos pais das crianças e adolescentes que nunca passaram por este tipo de situação. A utilização das estratégias de mediação parental neste estudo, evidenciam um impacto positivo sobre os riscos, especificamente, nos comportamentos de risco de informação pessoal, contactos online e offline e cyberbullying, estes resultados corroboram com os de Kirwil (2009), revelando que as práticas que os pais estabelecem são para maximizar os benefícios e minimizar os riscos.

Tendo em consideração o objetivo de estudo desta investigação, os resultados contrariam o que era expectável no que diz respeito aos estilos parentais, que não revelaram ter uma influência significativa na utilização de internet pelas crianças e adolescentes, sendo que a maioria das crianças e adolescentes afirmam utilizar internet com muita frequência, sendo este uso bastante semelhante ao dos seus pais.

Relativamente às estratégias de mediação parental, verifica-se que em contextos onde os pais utilizam a mediação ativa, as crianças envolvem-se menos em situações de cyberbullying, minimizando os comportamentos de risco que as crianças encontram quando se encontram a realizar atividades online, maximizando as oportunidades. Neste sentido, confirma-se a hipótese em que, as crianças cujos pais exercem estratégias de mediação parental ativas reportam menor envolvimento em cyberbullying.

O sistema familiar é considerado o primeiro contexto de socialização e desempenha papel preponderante no desenvolvimento e no comportamento das crianças. É na família que se estabelecem relações interpessoais e de reciprocidade através da comunicação, sendo que, as crianças aprendem o sentido de autoridade através da interação com os seus pais. Os pais têm um papel fundamental na educação dos seus filhos ao nível da utilização da internet. O seu acesso encontra-se cada vez mais acentuado na vida diária das famílias do mundo contemporâneo, favorecendo a navegação precoce das crianças e aos adolescentes, neste sentido, as casas estão a ser transformadas em lugares de uma cultura multimédia devido a difusão das novas TIC; consideradas consumidoras ativas, onde a sua utilização aumentou acentuadamente para o entretenimento, atividades educativas e lúdicas.

A internet é considerada um meio que acelera e facilita a comunicação, tendo vindo a tornar-se uma ferramenta imprescindível e integrante na vida dos utilizadores, de modo particular, na das crianças e dos adolescentes, providenciando oportunidades e facilidades. Devido à sua natureza e às vantagens que oferece, a sua utilização está a ser cada vez mais generalizada. Apesar de estar associada a muitas utilidades e facilidades, o seu uso inconsciente

pode evidenciar riscos aos utilizadores, nomeadamente, às crianças e adolescentes (i.e., ao cyberbullying, considerado extensão do bullying tradicional, praticado através de uso de novos dispositivos eletrónicos).

Os pais estão-se a tornar mais conscientes das atividades online dos seus filhos, no uso da internet e das redes sociais, o que se verifica uma adesão significativa dos participantes deste estudo, mas quando uma criança se confronta com um risco, os níveis de consciência dos pais e os níveis de experiência dos seus filhos são muito baixos. A casa é o local onde acedem mais à internet e o telemóvel é o meio mais utilizado por ambos, o que antigamente era impensável aceder a internet através do telemóvel, o que permitia aceder no computador, mas hoje em dia com a massificação das TIC, do equipamento em geral, e de baixos custos que estes apresentam, facilita a sua adesão e aceder através do telemóvel.

De uma forma geral, os estilos parentais parecem influenciar o comportamento das crianças e adolescentes durante a utilização da internet, apesar de não se verificar neste estudo, pelo facto de a maioria utilizar a internet, o que seria importante compreender quais os fatores que tenham influenciado estes resultados. Relativamente às estratégias de mediação parental, nomeadamente a mediação ativa e a restritiva parecem influenciar as atividades que as crianças desenvolvem online, mas a sua eficácia está a alterar-se com a transição do computador para o *smartphone* e outros aparelhos de acesso à internet, criando assim novos desafios para os pais que. Os pais que usam menos a estratégia de mediação ativa, a prevalência de cyberbullying é maior do que os que usam mais esta estratégia, e por outro lado, os pais que usam menos a mediação restritiva há menos situações de cyberbullying enquanto que os pais que usam mais esta estratégia a maioria sofreu este tipo de situação, sendo mais usada pelos pais das crianças que já foram vítimas de cyberbullying.

Este estudo permite concluir, que quer os estilos parentais quer as estratégias de mediação parental podem influenciar o comportamento das crianças e dos adolescentes na utilização da internet, apesar de neste estudo os estilos parentais não revelar influência significativa nas crianças e adolescentes durante as atividades que desenvolvem online.

Relativamente às limitações do presente estudo, prende-se com esta questão, sendo que é possível que estes resultados tenham sido, em parte, enviesados devido à desejabilidade social, particularmente, nas crianças mais novas. Seria ainda fundamental a validação do instrumento e a sua adaptação de acordo com a faixa etária dos participantes, i.e., adaptar o instrumento tendo em conta a apresentação de uma linguagem acessível à idade das crianças. O facto de amostra ter sido constituída por díades (criança/adolescentes e respetivo pai/mãe), o que dificultou ao nível da recolha de dados e, também pelo facto de alguns pais não terem entregue

os questionários de volta, o que permitiu a não contemplação dos mesmos ao nível da análise dos testes inferenciais reduzindo, assim a dimensão da amostra. Em relação ao preenchimento dos questionários enviados aos pais, bem como a sua devolução, o procedimento foi feito através das crianças, sendo difícil garantir as condições ideais de recolha dos dados.

Em futuras investigações, seria interessante correlacionar o cyberbullying com o bem-estar subjetivo, de modo a analisar-se se o bem-estar pode ser considerado um dos fatores preponderantes para a prevenção do cyberbullying. Seria igualmente pertinente realizar uma análise qualitativa ou análise de conteúdo de informação disponível de forma acrescentar aos resultados da análise quantitativa, no sentido de tornar os resultados mais compactos. Relativamente a outras recomendações futuras, achamos que poderia ser relevante desenvolver programas de intervenção que permitam avaliar e prevenir situações de cyberbullying; sensibilizar as escolas a desenvolver atividades que abordem de forma clara esta temática (e.g., campanhas escolares, intercâmbios entre as escolas, workshops, atividades entre díades). Seria interessante também aplicar os questionários em díades (pais-filhos), mas em paralelo, para garantir a confiabilidade dos resultados. Desenvolver programas com o intuito de aumentar a consciencialização do papel dos pais no uso da internet e das redes sociais, visto que é ainda insuficientemente estudado.

Referências

- Alarcão, M. (2002). *(Des)equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Álvarez, M., Torres, A., Rodrigues, E., Padilla, S., & Rodrigo, M. J., (2013). Attitudes and parenting dimensions in parents' regulation of internet use by primary and secondary school children. *Computers & Education*, 67, 69-78. doi.org/10.1016/j.compedu.2013.03.005
- Amado, J., Matos, A., Pessoa, T., & Jager, T. (2009). Cyberbullying: um desafio à investigação e à formação. *Interações*, 13, 301-326.
- Ang, R. P. (2015). Adolescent cyberbullying: A review of characteristics, prevention and intervention strategies. *Aggression and violent behavior*, 25, 35-42.
- Antunes, d, c & Zuin, A, A, S. (2008). DO Bullying ao preconceito: os desafios da Barbárie á educação. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 33-42.
- Arıcak, T., Siyahhan, S., Uzunhasanoglu, A., Saribeyoglu, S., Ciplak, S., Yilmaz, N., & Memmedov, C. (2008). Cyberbullying among Turkish adolescents. *cyberPsychology & Behavior*, 11(3), 253-261.
- Aunola, K., Stattin, H., & Nurmi, J. E. (2000). Parenting styles and adolescents' achievement strategies. *Journal of Adolescence*, 23, 201-222.
- Austin, M. J., & Reed, M. L. (1999). Targeting children online: Internet advertising ethics issues. *Journal of Consumer Marketing*. 16(6), 590-602. doi. Org/10.1108/07363769910297579
- Bartoli, E. (2009). Children's data protection vs marketing companies. *International Review of Law, Computers, & Technology*, 23(1-2), 35-4
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Baumrind, D. (1968). Authoritarian vs. authoritative parental control. *Adolescence*, 3, 255-272.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence*, 11(1), 56-95.
- Baumrind, D. (1997). The discipline encounter: Contemporary issues. *Aggression and Violent Behavior*, 2(4), 321-335. doi:10.1016/S1359-1787 (97) 00018-9
- Bhering, E., & Sarkis, A. (2009). Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicações para as pesquisas na área da educação infantil. *Horizontes*, 27(2), 7-20.
- Boivin, M., Hymey, S., & Bukowski, W. (1995). The role of social withdrawal, peer, rejection, and victimization by peers in predicting loneliness and depressed mood in childhood. *Development in Psychopathology*, 7, 765-785.

- Bosworth, K., Esperage, D. L., Simon, T.R. (1999). Factors associated with bullying behavior in middle school students. *Journal of early adolescence*, 19(3), 341-362.
- Bourgonjon, J., Valcke, M., Soetaert, R., & Schellens, T. (2009). Exploring the acceptance of video games in the classroom by secondary school students. *Computers in Education*.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research Perspective. *Development psychology*, 22(6), 723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. *Elsevier Sciences*, 3, 37-43.
- Bronfenbrenner, U. (1995). Development ecology through ecology space and time: A future perspective. *American Psychological Association*, 19, 619-647.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental process. *American Psychological Association*, 5, 993-1028.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. *American Psychological Association*, 1, 3-28.
- Buijzen, M., & Valkenburg, P. M. (2005). Parental mediation of undesired advertising effects. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 49(2), 153-165
- Buijzen, M., Rozendaal, E., Moorman, M., & Tanis, M. (2008). Parent versus child reports of parental advertising mediation: Exploring the meaning of agreement. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 52(4), 509-525.
- Bulck, J. V. D., & Bergh, B. V. D. (2000). The influence of perceived parental guidance patterns on childrens' media use: Gender differences and media displacement. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 44(3), 329-348.
- Cardoso, J., & Veríssimo, M. (2013). Estilos parentais e relações de vinculação. *Análise Psicológica*, 4 (XXXI), 393-406.
- Carvalho, A. C. (2010). Classificação portuguesa das profissões. Instituto Nacional de Estatística. I.P.
- Carvalhosa, S., Lima, L., & Matos, M. (2002). Bullying: A provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português. *Análise Psicológica*, 4 (XX), 571-585.
- Carvalhosa, S. F. (2007). *Bullying nas escolas portuguesas*. Seminário: Universidade de Bergen, Noruega.
- Carvalhosa, S. F., Moleiro, C., & Sales, C. (2009). A situação de bullying nas escolas portuguesas. *Interações*, 13, 125-146.
- Carvalhosa, S. (2010). *Prevenção da violência e do bullying em contexto escolar*. Lisboa: Climepsi.

- Carvalhosa, S. (2013). 1 por todos e todos por 1! Prevenção do bullying entre jovens. Seminários Mundos Juvenis. Observatório Permanente da Juventude, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Retirado de <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/junho-2013>.
- Carvalhosa, S., (2015). Parentnets. Research Portugal Report. ISCTE-IUL
- Chang, G. S., Liao, A., Khoo, A., & Li, D. (2014). Parental mediation and cyberbullying - A longitudinal study. In B. K. Wiederhold, G. Riva (Eds), *Annual Review of cybertherapy and telemedicine positive change: Connecting the virtual and the real*, pp: 99-102. Amsterdam: IOS Press.
- Chisholm, J. (2006). Cyberspace violence against girls and adolescent females. *Cyberspacebullying*, 1087, 74-89.
- Cruz, A. C. (2009). *O cyberbullying no contexto português*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humana – Universidade de Lisboa, Portugal.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An Integrative Model. *American Psychological Association*, 113(2), 487-496. doi: 0033-2909/93/53.00
- Dilmaç, B., & Aydoğan, D. (2010). Parental attitudes as a predictor of cyberbullying among primary children. *International Science Index, Educational and Pedagogical*, 4(7), 1667-1671.
- Discroll, A. K., Russell, S. T., Crockett, L. J. (2007). Parenting styles and youth well-being across immigrant generations. *Journal of Family Issues*, 29(2), 185–209.
- Duerager, A., & Livingstone, S. (2012). How can parents support children's internet safety? Eu Kids Online, London, UK. Retrieved from: <http://eprints.lse.ac.uk/42872/>
- Eastin, M., Greenberg, B., & Hofschire, L. (2006). Parenting the internet. *Journal of Communication*, 56, 486-504.
- EU Kids Online. (2014). EU Kids Online findings, methods, recommendations (deliverable D1.6). EU Kids Online, LSE, London, UK_interactive_Final_Report.
- European Commission. (2012). *European Strategy for a Better Internet for Children*. Brussels: European Commission.
- Ferreira, F., Martins, P., & Gonçalves, R. (2012). Supervisão parental online- análise compreensiva das estratégias de mediação parental na prevenção da exposição aos riscos online. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20422>

- Finkelhor D., Mitchell K., & Wolak., J. (2000). *Online Victimization: A Report on the Nation's Young People*. Washington, DC: National Center for Missing & Exploited Children.
- Fujioka, Y., & Austin., E. W. (2003). The implications of vantage point in parental mediation of television and child's attitudes toward drinking alcohol. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 47(3), 418-434.
- Gaspar, T., Pais-Ribeiro, J., Matos, M., & Leal, I. (2008). Promoção de qualidade de vida em crianças e adolescentes. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 9(1), 55 -71.
- Haan, J., & Huysmans, F. (2004). IT/Media use and psychological development among dutch youth. *IT & Society*, 6, 44-58.
- Haddon, L., Livingstone, S., Mascheroni, G. & Ólafsson, K., (2014) *Children's online risks and opportunities: Comparative findings from EU kids Online and Net Children Go Mobile*. LSE, London: EU Kids Online
- Haddon, L., Hasebrink, U., & Livingstone, S. (2008). *Comparing children's online opportunities and risks across Europe: Cross-national comparisons for EU Kids Online (2nd Edition)*. London: (Deliverable D3.2).
- Hamon, J. D., & Schrodtt, P. (2012). Do parenting style moderate the association between family conformity orientation and young adults' mental well-being? *Journal of Family Communication*, 12, 151-166.
- Heim, J., Brandtzaeg, P. B., Kaare, B. H., Endestad, T., & Torgersen, L. (2007). Children's usage of media technologies and psychosocial factors. *New Media & Society*, 9(3), 425-454.
- Helsper, E. J., Kalmus, V., & Hasebrink, U. (2013). Country classification : *opportunities, risks, harm and parental mediation*. Retrieved from <http://eprints.lse.ac.uk/52023/>
- Helsper, E. J., Kalmus, V., Hasebrink, U., Sagvari., & De Haam, J. (2013). *Country classification: opportunities, risks, harm and parental mediation*. Eu Kids Online, The London School of Economics and Political Science, London. Retrieved from <http://eprints.lse.ac.uk/52023/>
- Horzum, M.B., & Bektas, M. (2012). Examining the internet use aim and internet parent style of primary school students in terms of various variables. *Creation Journal of Education*. 16(3), 745-778.
- Jackson, L.A., Von Eye, A., Biocca, F.A., Barbatsis, G., Zhao, Y. & Fitzgerald, H.E. (2006). Does Home Internet Use Influence the Academic Performance of Low-Income Children. *Developmental Psychology*, 42, 429–435

- Kerawalla, L., & Crook, C. (2002). Children's computer use at home and school: context and communication. *British Educational Research Journal*, 28, 751-771.
- Keith, S., & Martin, M. E. (2005). Cyber-bullying: Creating a culture of respect in a cyber world. *Reclaiming Children and Youth* 13(4): 224-228.
- Kiesler, S., Lundmark, V., Zdaniuk, B., & Kraut, R. E. (2000). Troubles with the Internet: the dynamics of help at home. *Human Computer Interaction*, 15, 323-351.
- Kerbs, R. (2005). Social and ethical considerations in virtual worlds. Retrieved http://134.71.177.148/~rwkerbs/papers/kerbs_ADCOG_04.pdf
- Kirwil, L. (2009). Parental mediation of children's internet use in different European countries. *Journal of Children and Media*, 3(49), 394-409. doi:10.1080/17482790903233440
- Kokkinos, C, M., Antoniadou, N., Asdre, A., & Voulgaridou. (2015). Parenting and internet behavior predictors of cyber-bullying and cyber-bullying among preadolescents. *Deviant Behavior*, 37(4), 439-455.
- Kowalski, R, M., & Limber, S, P. (2012). Psychological, physical, and academic correlates of cyberbullying and traditional bullying. *Journal Adolescent Health*, 53, s13-s20.
- Kuhlemeier, H., & Hemker, B. (2007). The Impact of Computer Use at Home on Students' Internet Skills, *Computers & Education*, 49(2), 460-480.
- Lamborn, S. D., Mounts, N. S., Steinberg, L., & Dornbusch, S. M. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 62(5), 1049-1065.
- Landazabal, M. G. (2011). Bullying y cyberbullying: Conceptualización, prevalencia y evaluación. *Formación Continuada a Distancia*. Facultad de Psicología. Universidad del País Vasco.
- Lau, A. & Yuen, W., (2013). Adolescents' risky online behaviours: The influence of gender, religion, and parenting style. *Computers in Human Behaviour*, 29, 2690-2696
- Lee, S., & Chae, M. A. (2007). Children's Internet use in a family context: influence on family relationships and parental mediation. *Cyberpsychology & Behavior*, 10(5), 640-644.
- Lemos, A. (2004). Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma "Cultura Copyleft". *Contemporânea*, 2(2), 9-22.
- Leung, L. (2008). Leisure boredom, sensation seeking, self-esteem, and addiction: Symptoms and patterns of cell phone use. In Konijn EA, Utz S, Tanis M & Barnes SB (eds) *Mediated Interpersonal Communication*. New York: Routledge, 359-381.

- Leung, L., & Lee, P. S. N. (2011). The influence of information literacy, internet addiction and parenting styles on internet risks. *New Media & Society*, 14(2), 117-136. doi: 10.1177/1461444811410406
- Livingstone, S. (2003). Children's use of the Internet: reflections on the emerging research agenda. *New Media & Society*, 5(2), 147-166.
- Livingstone, S. (2007). Strategies of parental regulation in the media-rich home. *Computers in Human Behavior*, 23, 920-941.
- Livingstone, S., & Bober, M. (2006). Regulating the internet at home: contrasting the perspectives of children and parents. In D. Buckingham, & R. Willett (Eds.), *Digital Generations: Children, young people and new media*. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum, pp. 93-113.
- Livingstone, S., Haddon, L., Gorzig, A., & Ólafsson, K. (2011). *Risks and safety on the internet: The perspective of European children*. London: Eu Kids Online. LSE, London. doi:2045-256X
- Livingstone, S., & Helsper, E. J. (2008). Parental mediation and children's Internet use. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 52(4), 581-599.
- Lobo, L. F. D. (2011). Experiências de bullying em idade escolas: Impacto no bem-estar subjetivo, auto-estima e suporte social. Lisboa: universidade de Lisboa.
- Lwin, M. O., Stanaland, A. J. S., & Miyazaki, A. D. (2008). Protecting children's privacy online: How parental mediation strategies affect website safeguard effectiveness. *Journal of Retailing*, 84(2), 205-217
- Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), P. H. Mussen (Org. Série), *Handbook of child psychology (Vol. 4: Socialization, personality, and social development (4ª ed.)*, pp. 1-101. New York: Wiley.
- Mascheroni, G., & Ólafsson, K. (2014). *Net Children Go Mobile: Risks and opportunities: Second Edition*. Milano: Educatt.
- Matos, A., Stelter, C., Amado, J., Pessoa, T., & Jager, T. (2012). *Cyberbullying: Um manual de formação de pais*. Retirado de http://ct4p.zepf.eu/CT4P_Training_manual_PT.pdf
- Mandleco, B., Robinson, C., Frost, S., & Hart, C. (1995). Authoritative, authoritarian, and permissive practices: Development of a new measure. *Psychological Reports*, 77, 819-830.
- Mitchell, K., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2005). Protecting youth online: family use of filtering and blocking software. *Child Abuse & Neglect*, 29, 753-765.

- Minto, E. C., Pedro, C. P., Netto, J. R. C., Bugliami, M. A. P., & Gorayeb, R. (2006). Ensino de habilidades de vida na escola: uma experiência com adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 11(3): 561-568.
- Monteiro, A., & Gomes, M. J. (2009). Comportamentos de risco na internet por parte dos jovens portugueses: Um estudo exploratório. Actas do X Congresso internacional Galego-Português de Psicopedagogia.
- Oblinger, D. G., & Oblinger, J. L. (2005). Educating the net generation. *Online e-book*. Educause.
- Oliveira, J. H. B. (1994). *Psicologia da Educação Familiar*. Coimbra: Almedina.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at School: What we know and what we can do*. Oxford: Blackwell.
- Olweus, D. (1994). Bullying at school: Basic facts and effects of a school based intervention program. *Journal of Child Psychology and Psychiatric*, 35(7), 1171-1190.
- Olweus, D. (1997). Bully/victim problems in school: Facts and intervention. *European Journal of Psychology of Education*, 12(4), 495-510.
- Olweus, D. (2012). Cyberbullying: An overrated phenomenon? *European Journal of Developmental Psychology*, 5(9), 520-530. doi: Org/10.1081/17405629.2016.682358
- Özgür, H. (2016). The relationship between internet parenting styles and internet usage of children and adolescents. *Computer in Human Behavior*, 60, 411-424.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento humano*: Porto Alegre: ARTMED.
- Pereira, B., Iossi Silva., & Nunes, B. (2009). Descrever o bullying na escola: estudo de um agrupamento de escola no interior de Portugal. *Rev. Diálogo Fundação, Curitiba*, 9(28), 455-466.
- Pereira, S., Pereira, L. & Pinto, M. (2011). *Internet e Redes Sociais. Tudo o que vem à rede é peixe?* Edumédia. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
- Picado, L. (2009). Bullying em contexto escolar. Retirado de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0575.pdf>
- Prensky, M. (2001). Digital natives, digital immigrants (part II): Do they really think differently? *On the Horizon*, 9(6), 1-9.
- Raimundo, R. & Seixas, S. R. (2009). Comportamentos de bullying no 1º ciclo: Estudo de caso numa escola de Lisboa. *Interacções*, 13, 164-186.
- Rigby, K. (2002). *New Perspectives on bullying*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Ribeiro, L. L. (2009). Construction and validation of a four parenting styles scale. Master thesis. Humboldt State University, Arcata.

- Rosen, L., Cheever, N. A. & Carrier, L. M. (2008). The association of parenting style and age with parental limit setting and adolescent MySpace behavior. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 29, 459-471.
- Seixas, S., Fernandes, L., & Morais, T. (2016). *Cyberbullying: Um guia para pais e educadores*. Plátano Editora.
- Shin, W., Huh, J., & Faber, R. J. (2012). Tweens's online privacy risks and the role of parental mediation. *Journal Broadcasting & Electronic Media*, 56(4), 632-649. doi: 10.1080/08838151.2012.732135
- Simões, J. A., Ponte, C., Ferreira, E., Doretto, J., & Azevedo, C. (2014). Crianças e meios digitais móveis em Portugal: Resultados Nacionais do Projeto Net Children Go Mobile. *Fundação para a ciência e a Tecnologia*. doi: 978-989-973444-4-9
- Slonje, R. & Smith, P. K. (2008). Cyberbullying: Another main type of bullying? *Scandinavian Journal of Psychology*, 49, 147–154. doi: 10.1111/j.1467-9450.2007.00611.x
- Smith, P. K., & Brain, P. (2000). Bullying in school: Lessons from two decades of research. *Aggressive Behavior*, 26, 1-9.
- Smith, P.K., Mahdavi, J., Carvalho, M., Russell, S., & Tippett, N. (2008). Cyberbullying: it is nature and impact in secondary school pupils. *Journal of child psychology and psychiatry*, 49(4), 376-385.
- Steinberg, L., Mounts, N. S., Lamborn, S. D. & Dornbusch, S. M. (1992). Authoritative parenting and adolescent adjustment across varied ecological niches. *Journal of Research on Adolescence*, 1, 19-36.
- Steinberg, L., Blatt-Eisengart, I., & Cauffman, E. (2006). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful homes: A replication in a sample of serious juvenile offenders. *Journal of Research on Adolescence*, 16(1), 47-58.
- Tudge, J. (2008). The everyday lives of young children: culture, class, and child rearing in diverse societies. *Journal of marriage and family*, 72, 393-397.
- Tufte, B. (2006). Tweens as consumers with focus on girls' and boys' Internet use. *Child and Teen Consumption*, 53, 1e18
- Valcke, M., Bonte, S., De Wever, B., & Rots, I. (2010). Internet parenting styles and the impact on internet use of primary school children. *Computers & Education*, 55, 454-464. doi:10.1016/j.compedu.2010.02.009

- Valcke, M., Schellens, T., Van Keer, H., & Gerarts, M. (2006). Primary school children's safe and unsafe use of the Internet at home and at school: An exploratory study. *Computers in Human Behaviour*, 23, 2838-2850. doi: 10.1016/j.chb.2006.05.008
- Valenburg, P. M., Krcmar, M., Peeter, A. L. & Mrseille, N. M. (1999). Developing a scale to assess three styles of television: "Instrutive mediation," "restrictive mediation" and "social covierwing." *Jounal of Broadcasting & Electronic Media*. 43(1), 52-66.
- Vanlanduyt, L., & De Cleyn, I. (2007). Invloed van internet bij jongeren: een uitdaging op school en thuis. Retrieved on February 19, 2009 from. <http://www.uvv.be/uvv5/pub/cinfo/jo/pdf/03.pdf>
- Van Praag, B., & Fritjers, P. (1999). The measurement of welfare and well-being: The Leyden approach. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-Being: The foundations of hedonic psychology* (pp. 413-433). New York: Russel Sage Foundation.
- Waasdorp, T., & Bradshaw, C. (2015). The overlap between cyberbullying and traditional bullying. *Journal of Adolescent Health*, 56(5), 483-488.
- Wang, R., Bianchi, S. M., & Raley, S. B. (2005). Teenagers' internet use and family rules: A research note. *Journal of Marriage and Family*, 65(5), 1249-1258.
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Berbaridi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através da gerações-Transmissão integeacional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414.
- Wolak, J., Finkelhor, D., & Mitchell, K. (2008). Is talking online to unknown people always risky? Distinguishing online interaction styles in a national sample of youth internet users. *CyberPsychology & Behavior*, 11-3, 340-343.
- Wong, Y.C., Ho, K. M., & Chen, H. (2015). Internet supervision and parenting in the digital age: The case of Shangai. *Open Acess*, 7(2), 112-123.
- Willard, N. (2005). Cyberbullying and cyberthreats. Retrieved from <http://bcloud.marinschools.org/SafeSchools/Documents/BP-CyberBandT.pdf>
- Willard, N. (2007). Parent Guide to Cyberbullying and Cyberthreats. Retrieved from <http://www.embracecivility.org/wp-content/uploadsnew/2012/10/appK.pdf>
- Wright, V.H., Burnham, J.J., Inman, C.T., & Ogorchock, H.N. (2009). Cyberbullying: Using virtual scenarios to educate and raise awareness. *Journal of computing in teacher education*. 26(1), 35-42.
- Yang, S. C., & Tung, C. J. (2007). Comparison of internet addicts and non-addicts in Taiwanese high school. *Computers in Human Behavior*, 23, 79-96.

Youn, S. (2008). Parental influence and teens' attitude toward online privacy protection. *The Journal of Consumer Affairs*, 42(3), 362e388.

ANEXOS

A. Carta de colaboração à Diretora do Colégio

Eu, Fidélia Márcia, aluna de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, orientada pela Prof. Dra. Susana Fonseca Carvalhosa, do Departamento de Psicologia Social e das Organizações, estou a desenvolver um projeto de pesquisa. Este visa analisar o envolvimento parental durante as atividades, que as crianças e os adolescentes fazem *online*.

Sendo assim, venho por este meio solicitar autorização para recolha de dados, através do preenchimento de questionários, pelas crianças do 1º e 2º ciclos do Colégio da grande Lisboa, Belém, e respetivos pais.

Garantimos toda a confidencialidade dos dados, bem como a de toda a informação facultada, sendo esta usada única e exclusivamente para fins académicos e científicos.

Quaisquer outras informações sobre o projeto poderão ser obtidas com a mestrande Fidélia Márcia, pelo tel: 961255987/e-mail: psicomarcia.pt@gmail.com

Desde já, agradeço a sua participação.

Com os melhores cumprimentos

(Assinatura)

Lisboa, _____ de _____ de 2017

B. Consentimento informado para os Encarregados de Educação

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, Fidélia Márcia, aluna de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, orientada pela Prof. Dra. Susana Fonseca Carvalhosa, do Departamento de Psicologia Social e das Organizações, estou a desenvolver um projeto de pesquisa, no âmbito da dissertação de mestrado. Este visa analisar o envolvimento parental durante as atividades, que as crianças e os adolescentes fazem *online*.

Nesse sentido, venho por este meio solicitar a sua participação e a do seu educando, respondendo a um questionário.

Garantimos toda a confidencialidade dos dados, bem como a de toda a informação facultada, sendo esta usada única e exclusivamente para fins académicos e científicos.

Quaisquer outras informações sobre o projeto poderão ser obtidas com a mestrande Fidélia Márcia, pelo tel: 961255987/e-mail: psicomarcia.pt@gmail.com

Desde já, agradeço a sua participação.

Com os melhores cumprimentos.

Fidélia Márcia Macuácuá

Declaro que fui informado e que compreendi os objetivos do presente estudo e autorizo/ não autorizo o meu educando(a) _____, do ____ ciclo, da Turma ____ a participar no referido projeto.

O encarregado de educação (nome) _____

C. Consentimento informado para as crianças e adolescente

Estamos a fazer um estudo com rapazes e raparigas da tua idade – dos 8 aos 12 anos de idade, por isso pedimos a tua colaboração. Este questionário tem como objetivo estudar algumas questões relacionadas com a utilização da internet.

O tempo de resposta ao questionário não ultrapassa os 10 minutos. Isto não é um teste, sendo que não existem respostas certas ou erradas.

As tuas respostas são confidenciais e anónimas (não mostraremos as tuas respostas a ninguém).

Solicitamos assim, a tua colaboração no preenchimento do mesmo! Responde o mais honestamente possível!

Aceito participar ☐